

REVISTA SEM

TERRA

Edição Especial

Produção nos assentamentos

Os frutos da Reforma Agrária

Sem o jugo do latifúndio, assentados produzem alimentos, educam os filhos e constroem o próprio futuro de forma coletiva



Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - COPAVI
Assentamento Santa Maria - PR 464 Km 01- Cx postal 161
87.660-000 - Paranacity/PR - Fone: (44) 3463-1367
E-mail: copavi10@yahoo.com.br

Editorial_04

Água mole em terra dura_06



Prosperidade com cooperação e agroindústria_14



MST reescreve história no sul da Bahia_20



Arroz ecológico, justiça no campo e saúde na mesa_26



Da Majestade para o povo_32



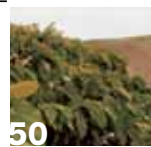
Lições da floresta para o cultivo na Amazônia_38



A luta contra a seca no Ceará_44



Um enclave de café e pimenta na área dos bois_50



10 pré-requisitos_56

“Quando chegar na terra, lembre-se de quem quer chegar.
Quando chegar na terra, lembre-se que tem outros passos pra dar”

“Quando chegar na terra”, de Ademar Bogo

A construção de territórios de **vida** e **esperanças**

O trabalho na organização da produção é tão importante quanto as relações sociais, a educação (as escolas e a Ciranda Infantil), a capacitação técnica e política e a cultura em um assentamento, porque as áreas da Reforma Agrária devem ser compatíveis com a vida e a presença do povo no campo.

Por isso, não resumimos nossos territórios a “local de moradia” ou “pedaço de terra para plantar”. Os assentamentos são espaços que vão além da produção, cuidado com a terra e com a natureza, porque são territórios onde vidas são reconstruídas e esperanças alimentadas.

O Estado e os governos têm limites para enxergar essa perspectiva e garantir as condições necessárias para que os assentamentos sejam uma ferramenta que contribua na resolução de problemas estruturais do nosso país, como a concentração de terras e riquezas, o analfabetismo, a destruição da natureza, a fome, a miséria e a violência.

No entanto, é urgente e necessária a ação do Estado, em todas as suas esferas, para prover políticas estruturantes que viabilizem as infraestruturas sociais e produtivas que deem conta das demandas de água, energia elétrica, estradas, escolas, postos de saúde, acesso à comunicação e à informação.

A agroindustrialização da produção é mais um importante fator para dinamizar a organização da produção e gerar renda para as famílias, além de permitir que os produtos da Reforma Agrária cheguem aos mais diversos locais com qualidade.

Na busca de forjar nos assentamentos a antecipação do novo, precisamos contrapor o modelo destruidor do agronegócio, por meio da mudança da matriz produtiva e tecnológica para a agroecologia, sem o uso de agrotóxicos, para romper com as formas de produção nocivas à natureza e à vida.

A cooperação precisa ser uma prática permanente entre os trabalhadores e trabalhadoras. Só teremos viabilidade nos assentamentos se tivermos clareza de que a unidade dos esforços possibilitará resistir, enfrentar e avançar para um modo de produção camponês.

Tanto quanto a cooperação interna, entre Sem Terras assentadas/os e acampadas/os, a cooperação com a sociedade brasileira e a solidariedade internacional são fundamentais. O Movimento Sem Terra somente poderá celebrar os 30 anos de existência em janeiro de 2014 porque contou e conta com o apoio corajoso e desinteressado de entidades, universidades, agências de cooperação, organizações não governamentais, pessoas e grupos do Brasil e do mundo.

A cooperação internacional, todas as amigas/os e apoiadoras/es são também responsáveis pelas experiências aqui retratadas.

Assim, vamos cantar e aprender com a canção que abre este editorial e insistir engenhosamente na construção do novo, confrontando as contradições impostas pela realidade, porque o desafio da humanidade é construir hoje o que queremos viver amanhã, demonstrando que é possível a transformação da sociedade.

Secretaria Nacional do MST
2013

expediente

Revista Sem Terra | Caderno de Experiências Cultivar Nº 01 | Movimento Sem Terra – MST

Coordenação: Janaina Stronzake | *Secretaria:* Lucas Tinti | *Projeto:* Leticia Barqueta, Emilio Cansino, Rogerio Paulo Ferreira

Coordenação geral: Igor Felipe Santos | *Editor:* Luiz Felipe Albuquerque | *Editora-adjunta:* Beatriz Pasqualino | *Projeto gráfico:* Rafael Stedile.

Colaboraram nesta edição: Ana Maria Amorim, Daniel Cassol, Guilherme Zocchio, José Coutinho Júnior, Solange Engelmann, Verena Glass, Oziel Aragão | *Revisão:* Joana Tavares, José Coutinho Júnior e Vivian Fernandes.

Endereço: Alameda Barão de Limeira, 1.232 - Campos Eliseos – CEP 01202-002 - São Paulo – SP – Tel/fax: (11) 2131-0850
impressa@mst.org.br | www.mst.org.br | Impressão: Gráfica Unisind.

Água mole em terra dura: uma pequena revolução no sertão pernambucano



Assentamentos no Vale do São Francisco derrotam a seca e mudam radicalmente a vida de centenas de sertanejos por meio da produção irrigada de frutas

Por Verena Glass | Texto e fotos

Faz 40 anos que a chuva não faltou assim em Pernambuco. A seca de 2012, que levou 122 municípios a decretar estado de emergência, matará de fome 200 mil animais até o final do ano (outros 300 mil serão abatidos antes que a falta de chuva os mate). Entre os mais de 1 milhão de sertanejos vitimados pela estiagem, os que vivem da roça perderam 100% das lavouras de milho e feijão; e 80% dos açudes e barragens do sertão viraram pó. Essas são as estimativas do governo pernambucano divulgadas no início de novembro.

Localizada às margens do rio São Francisco, a região de Petrolina, segunda maior cidade do estado, também é sufocante na primavera. Quem deixa o município pela BR-122 rumo a Lagoa Grande mergulha em uma paisagem cinza de caatinga ressequida. O ar tremula oleoso de quentura, e à passagem do carro, urubus preguiçosos apenas saltitam de esguelha ou levantam um voo curto para rapidamente voltar à carcaça da vaca morta na beira da estrada. Vez por outra, cabritos mais desatentos, que vagam feito retirantes pelos acostamentos, botam susto no motorista.

Percorridos pouco mais de 140 quilômetros pela BR, pode-se quebrar à direita numa brecha de cerca sem sinalização, e seguir por uma estradinha de terra que desemboca numa pequena agrovila. Chega-se ao assentamento São José do Vale. Algumas curvas além, um verde desatado engole a caatinga. Aqui, parreirais, campos de melancia, goiabeiras, mangueiras e pinha, que se revezam nos pequenos

lotes, contam a história de um outro sertão.

São José do Vale é um dos 32 assentamentos do MST do lado pernambucano do Vale do São Francisco, no trecho entre Petrolina e Santa Maria da Boa Vista. Os cerca de 120 hectares do atual assentamento pertenciam à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf), que os havia arrendado ao falido projeto Sanrisil para produção de goiaba e plantas medicinais. Em 1996, a área foi ocupada pelo MST e, após um ano e dois despejos, no final de 1997 sua posse foi emitida para os Sem Terra. Com 36 famílias, São José está entre os 10 assentamentos do MST na região que se beneficiam de uma estrutura operante de irrigação.

Do quase nada ao muito melhor

Nativo de Bodocó, Pernambuco, Francisco Regivaldo dos Santos deixou a terra seca dos pais em 1992 e se empregou como trabalhador num projeto de produção de goiaba nas cercanias de Petrolina. O trabalho e o patrão não eram ruins, mas as histórias de uns e outros que conseguiram terra própria na região mexeram com ele. Em 2000, resolveu raspar o tacho das economias e tentar a sorte em um dos lotes que vagou no assentamento de São José do Vale.

Confortavelmente instalado à sombra de uma árvore no espaçoso quintal de sua casa, Francisco sorri quando lembra o passado. “Quando cheguei aqui não havia produção na terra. Tive que desmatar a caatinga por conta própria, e no come-

ço passamos fome mesmo. Eu acordava todo dia às quatro horas da madrugada, saía sem comer, porque não tinha, e quando chegava em casa era só um cuscuz com café. Construímos nosso primeiro barraco debaixo da mangueira”.

Assim na aparência, pouco na vida de Francisco hoje lembra aquele começo difícil. Há quatro anos, a família terminou a construção da casa (grande até para os padrões da cidade) na beira do rio. Ao lado, montou uma estrutura com cozinha, churrasqueira e bar; e na garagem guarda sua caminhonete prateada.

Da varanda da casa, separado apenas por uma ruazinha de terra, pode-se avistar o plantio de pinha e atemoia de Francisco, que ocupa 1,6 hectares. Ao lado, segue o meio hectare de manga, e pouco adiante se estendem os dois hectares de uva de mesa da família – tudo irrigado. Pelos seus cálculos, o assentado tira hoje cerca de R\$ 3 mil por mês com a produção de frutas, mas já teve vez que a renda mensal chegou a R\$ 10 mil. “Um ano em que tudo teve preço”, lembra. “Só posso dizer que nos últimos 12 anos a minha vida melhorou muito”, assegura rindo, só para reafirmar.

Se a qualidade de vida melhorou, a demanda de trabalho continua a mesma. Ou melhor, aumentou. Tanto a pinha quanto a atemoia são culturas rentáveis, mas que precisam ser polinizadas manualmente, explica Francisco. Isso significa introduzir manualmente o pólen nas flores de cada planta para garantir a frutificação. Já o manejo da uva – carro-chefe dos assentados de São José, e que rende duas colheitas anuais –, exige

uma dedicação que pode inviabilizar áreas maiores.

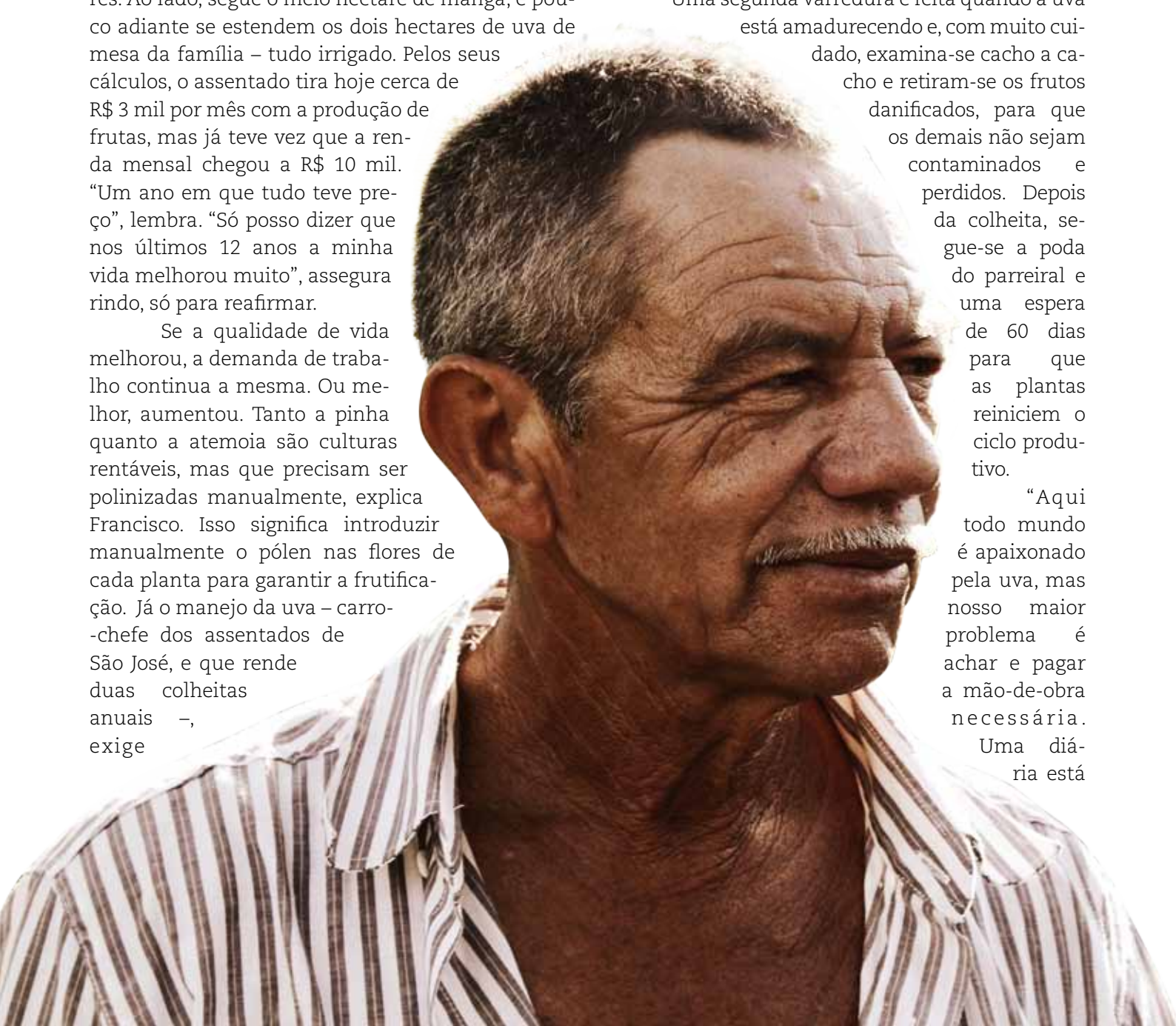
Grosso modo, o custo inicial para a estruturação de um hectare de uva de mesa irrigada em São José do Vale é de cerca de R\$ 50 mil, contando-se a aquisição dos mourões, dos arames e da estrutura de irrigação por gotejamento (bomba de água, dutos e mangueiras).

Comprar itens usados pode diminuir os gastos – paliativo adotado por vários assentados, muitos dos quais se estruturaram basicamente com verbas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) –, mas o manejo no período de produção é invariavelmente trabalhoso e caro: depois da florada, é preciso uma primeira varredura do parreiral para ralear os cachos de forma a permitir uma produção uniforme e de qualidade.

Uma segunda varredura é feita quando a uva está amadurecendo e, com muito cuidado, examina-se cacho a cacho e retiram-se os frutos danificados, para que os demais não sejam contaminados e perdidos. Depois da colheita, segue-se a poda do parreiral e uma espera de 60 dias para que as plantas reiniciem o ciclo produtivo.

“Aqui todo mundo é apaixonado pela uva, mas nosso maior problema é achar e pagar a mão-de-obra necessária.

Uma diária está



saindo por volta de R\$ 27,00, e tem mulher ganhando até R\$80 por dia para ralear uva. É caro demais ter que contratar; nessa atividade não dá pra ter funcionário”, explica Francisco, que, no entanto, tem cinco ajudantes.

A capacidade do assentamento de ser praticamente autossuficiente no que tange à mão-de-obra – quando as próprias famílias não dão conta do trabalho, a ajuda vem dos vizinhos – lhe confere uma vantagem considerável sobre os grandes pro-

jetos de fruticultura irrigada da região, explica o coordenador regional de produção do MST, Edinaldo Ramalho Leite, o Neguinho.

“Tem duas coisas que temos que levar em conta: o pequeno produtor tem que diversificar as culturas para garantir uma renda estável. E não pode exagerar na área de uva. Independente da variação do preço da produção, o pequeno se segura. Já os grandes estão quebrando”, afirma Neguinho.

A supremacia dos pequenos

Pano de prato na mão, dona Florisbela Araujo Neves anda atarefada pela confortável cozinha arrumando uma loucinha aqui e ali, ouvidos atentos na conversa do filho Florisvaldo, que, sentado à mesa, conta das origens do assentamento. Um simples “e pra senhora, como foi?” direcionado a ela basta para que jogue o pano sobre os ombros, se sente junto e fale de como realizou seu maior sonho: ser assentada num pequeno lote na beira do São Francisco e nunca, nunca mais trabalhar pros outros.

A família de Florisbela acompanhou todo o processo de criação de São José do Vale. Ocupou a terra, acampou debaixo de lona, aderiu com fervor e amor ao MST – Florisvaldo que, em 1996, aos 14 anos, foi um dos primeiros alfabetizadores da criançada do acampamento. Hoje é dirigente estadual do Movimento, e cultiva 6,5 hectares de frutas, arroz e feijão irrigados. Mas também aqui a grande paixão é a uva de mesa. A história de Florisbela e sua família é, em muitos aspectos, idêntica à de tantos outros sertanejos: originários de Casa Nova, na Bahia, ela e o marido atravessavam o São Francisco para os lados de Pernambuco sempre que havia safra, para defender a sobrevivência da família como diaristas. Trabalhavam no projeto de Bebedouro “onde o patrão era muito coronel e trabalhador não tinha direito”, até que um dia vieram de vez, em busca de vida melhor e escola para os filhos. Acabaram nas terras de uma viúva que cultivava uva, e é aqui que o caso se torna interessante emblemático.

A viúva tinha vários filhos, conta Florisbela, que nunca trabalhavam. Toda a lida no campo ficava nas costas dela, do marido e dos meninos, e o pagamento não era nada bom. Quando o MST chamou, eles foram, e deixaram pra trás os dias com patrão. Tempos depois, chegou a notícia de que a viúva havia falido. O mesmo acabou acontecendo com o patrão de Bebedouro. E há pouco tempo, a filha da viúva, que nunca havia trabalhado, veio colher uva no assentamento.

Dona Florisbela que, com os quatro filhos, chega a tirar três salários mínimos/mês por família só com a uva, não relembra a história como quem conta vantagem. Tem ajudado a viúva e seus filhos quando há necessidade. No rosto curtido, onde os olhos e o sorriso iluminam o arredor de alegria e gentileza infinita, não transparece pena do passado. Florisbela tem é orgulho do presente, e uma certeza: do jeito que as coisas andam, os grandes vão se estrepar. Futuro mesmo, na fruticultura irrigada, só para a agricultura familiar.

Por outro lado, a organicidade dos assentamentos também confere aos assentados uma vantagem sobre a agricultura familiar convencional na região. De acordo com Nildo Martins, coordenador estadual do Setor de Produção do MST, não há estatísticas comparativas sobre a renda de uma família assentada e de uma não assentada, mas a diferença é considerável, tendo em vista o custo de produção, as dificuldades no acesso aos créditos, a descontinuidade tanto da liberação dos recursos (quando se consegue liberar) quanto no acompanhamento técnico, e a falta de equipamentos para irrigação. Assim, o que para uma família individual são problemas de difícil solução, nos assentamentos muitas vezes é encaminhado em negociações coletivas, fortalecidas pela intervenção do MST.

Nesse sentido, avalia Nildo, apesar da inexistência de dados organizados sobre a média dos vencimentos de uma família assentada, é possível afirmar que as condições de vida são superiores às da média regional. “A criação de pequenos animais e a produção de hortaliças, grãos e frutíferas tanto nas áreas de produção quanto no entorno das casas, garantem parte dos alimentos que vão diretamente à mesa do assentado. Com a comercialização da produção excedentes das parcelas, em boa parte dos assentamentos calcula-se – a partir de relatos dos assentados – uma renda de aproximados de 1,5 a 2 salários mínimos/mês”.

» A água faz **milagre**; quando tem

No final da década de 1990, o economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Jorge Luiz Mariano da Silva, estudando os modelos de irrigação adotados por pequenos produtores na região do Vale do São Francisco, descreveu o sistema como tendo promovido “uma nova dinâmica na região semiárida, principalmente no que se refere à inserção de famílias de baixa renda na produção de frutas. Os projetos de irrigação permitiram a transformação da agricultura familiar tradicional – voltada para a produção de subsistência – em uma agricultura diversificada e dinâmica, direcionada para a produção comercial”.

De fato, desde 1995, quando promoveu a primeira ocupação de uma área falida no chamado perímetro da uva e fruticultura (região entre os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista), o MST tem buscado interferir na estrutura socioeconômica da região priorizando: a) o aumento da população produtiva e b) a universalização da infraestrutura de irrigação para os pequenos agricultores.

No tocante ao primeiro ponto, o Movimento foi exitoso: promoveu o assentamento de cerca de 2,8 mil famílias em 32 áreas ao longo do São Francisco. Já quanto à instalação, consolidação ou expansão da infraestrutura de irrigação nos assentamentos, o principal problema é a lentidão e a burocracia dos órgãos federais (Incra e Codevasf), afirma o MST. Diante disto, o Movimento passou a investir pesadamente em negociações com o governo estadual de Eduardo Campos (PSB).

Em reunião realizada no início de novembro entre representantes dos 18 assentamentos da BR-428 (que liga Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista), dirigentes do MST e da Secretaria de Agricultura do Estado no assentamento Vitória – que, com 16 anos e 260 famílias, ainda não tem abastecimento de água para consumo humano –, os agricultores pontuaram os principais entraves ao desenvolvimento de boa parte dos assentamentos da região.

No caso do Vitória, que está em uma área de um projeto (falido) de 260 hectares de acerola, coco, manga e goiaba, a antiga estrutura de irrigação por pivô central era tão dispendiosa em energia que os assentados mergulharam em uma dívida que levou ao corte da eletricidade por anos e só foi quitada em 2012.

Agora, o assentamento quer celeridade na revitalização dos 2 km da adutora já existente e um novo modelo de irrigação, mais econômico e viável. “Temos um projeto com a Codevasf, mas faz dois anos que estamos esperando a implementação. Temos 300 hectares de terra pronta, limpa e preparada para o plantio, e só estamos esperando a água chegar”, explica uma das lideranças do assentamento.

Em uma reunião com o governador Eduardo Campos, o dirigente nacional do MST, Jaime Amorim, foi direto ao ponto: assentamentos e assentados possuem um enorme potencial para o estado mas é preciso investimento na melhoria da capacidade produtiva e da qualidade de vida dos agricultores. A resposta às demandas não foi menos direta: “vamos fazer”, disse Campos, que garantiu que o que extrapolar as possibilidades orçamentárias do estado, será cobrado politicamente da Codevasf.

Para entender melhor o projeto socioeconômico do MST, pode-se tomar como exemplo o caso do assentamento Safra. Atualmente com 220 famílias, o Safra foi fruto da primeira ocupação do Movimento no sudeste pernambucano em 1995, que reuniu cerca de 2,5 mil pessoas. Enquanto as famílias excedentes, que não puderam permanecer na área, foram conquistando novas terras (na sequência do Safra, surgiram nove novos assentamentos do MST na região), as que permaneceram receberam cada uma 10 hectares. Destes, apenas 1,1 hectare por família é irrigado.

Diferente de São José do Vale, onde grande parte dos assentados já trabalhava em projetos de produção de uva (o que acabou consolidando a cultura como principal atividade do assentamento), o Safra é formado majoritariamente por ex-meeiros,

explica o assentado José Felizberto.

Nascido em Pena Forte, no Ceará, seu José é uma das lideranças mais antigas do Safra. Como tantos outros, ele fugiu da grande seca que se abateu sobre a terra natal entre 1975 e 1977, e em Pernambuco foi tocando a vida como pequeno arrendatário em fazendas alheias. “Um dia apareceu pras nossas bandas o Levi (um dos primeiros dirigentes do MST no estado), falando de coisas como conquistar um pedaço de terra e vida digna. Gostei. Marcamos o dia da ocupação, mas quando chegamos na fazenda a polícia já estava esperando na cancela. Aí o Levi cortou a cerca e fomos todos pra beira do rio”, conta o assentado. Para evitar o despejo, os Sem Terra permaneceram acampados às margens do São Francisco – área de Marinha pertencente à União e, portanto, imune ao pedido de reintegração de posse por parte do fazendeiro – por um ano, até a desapropriação e destinação para fins de Reforma Agrária das terras.

Anfitrião zeloso (e orgulhoso), seu José oferece uma visita guiada à parte irrigada do assentamento, cerca de 300 hectares com cultivo predominante de goiaba, manga, mamão, melancia e culturas de subsistência, como feijão, milho e macaxeira.

O Safra é verdadeiramente bonito. Deixando-

Com 220 famílias, o Safra foi fruto da primeira ocupação do MST no sudeste pernambucano em 1995, que reuniu cerca de 2,5 mil pessoas

-se a agrovila com suas ruas arborizadas, casas bem cuidadas e quintais floridos, passa-se imediatamente às áreas de roça. Aqui, a lógica do sertão-miséria foi revirada do avesso. Contrariando as estatísticas que apontam perda total da produção de grãos no estado por conta da estiagem, os milharais crescem vigorosos. Ladeada de coqueiros carregados, a roça de macaxeira consorciada com mangueiras recém plantadas irradia verdes de todas as tonalidades. Até mesmo os pequenos trechos de vegetação nativa são suáveis e gentis, oferecendo sombra em lugar da dureza ressequida que caracteriza a caatinga nesta época do ano. E é num desses “bosques” que seu José



Florisvaldo Araújo com a produção de uva

Salinização: a morte que vem da água

A salinização dos solos é um problema recorrente nas áreas irrigadas do semiárido, e pode inutilizar definitivamente grandes parcelas de terra. Ocorre geralmente em regiões com pouca chuva e onde o lençol freático salino está próximo à superfície, e já levou à perda de seis lotes no assentamento Safra.

Quando os sistemas de irrigação depositam no solo uma quantidade excessiva de água, há um aumento no processo de evaporação, que carrega para a superfície o sal depositado no

subsolo. De acordo com coordenador estadual do setor de produção do MST, Nildo Martins, a salinização afeta a germinação e a massa volumar das culturas, bem como seu desenvolvimento vegetativo, reduzindo a produtividade e, nos casos mais graves, levando à morte generalizada das plantas.

“Há grandes possibilidades dos solos das regiões áridas, submetidos à prática da irrigação, se tornarem salinos, principalmente quando não possuem um sistema de drenagem adequado.

De 20% a 30% das áreas irrigadas necessitam de drenagem para manter sua produtividade, sendo a irrigação e a drenagem ações afim. Estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informam que dos 250 milhões de hectares irrigados no mundo, aproximadamente 50% já apresentam problemas de salinização. E 10 milhões de hectares são abandonados, anualmente, em virtude desses problemas”, diz Nildo.

surpreende um grupo festivo em almoço familiar (porque era sábado), e apresenta Gilmar Lucas da Silva, dono do lote.

Conhecido entre os amigos como Amado Batista, Gilmar é considerado um conversador de primeira. Baiano de Belém de São Francisco, perdeu a mãe cedo e, aos 16 anos, assumiu a criação de seis irmãos. Foi trabalhar de meeiro em Itaparica, mas a

construção de uma hidrelétrica inundou a fazenda do patrão e acabou com seu ganha-pão. Assim como muitos outros, não recebeu indenização alguma e seguiu na vida sem quase nada além de uma capacidade monumental de trabalhar.

Aos 23 anos, Gilmar se casou. Ainda cuidava de dois irmãos, mas logo vieram seus próprios filhos, cinco no total. “Quando surgiu a oportunidade de conseguir uma terrinha no assentamento, pensei: passar necessidade no que é seu é melhor do que bucho cheio na terra dos outros. E vim”.

Caminhando pelas plantações de goiaba e mamão irrigados, sua principal fonte de renda, o baiano conta das desventuras e venturas que lhe aconteceram depois que fincou pé no Safra. Pegar o jeito do cultivo irrigado deu um pouco de trabalho e muitas despesas – foram R\$ 6,5 mil de gastos só com canos, e no início a conta da energia chegava a R\$ 240/mês (hoje é de R\$ 70) -, mas a vida mudou muito. “Hoje tenho casa com água e luz, antes era barraco de taipa e candeeiro”, ri. Mas a maior felicidade, confiança, é ter dois filhos formados como técnicos agrícolas e um, o mais velho, estudante de medicina em Cuba.

“Filho médico é merecimento que a gente tem”, explica. Mas tem que cuidar: “Comprei um computador pra ele e todo mês tento mandar um dinheirinho, porque sabe como é: médico tem que estudar demais, o menino mora em um alojamento coletivo, mas precisa comprar suas coisinhas. En-



tão não tem jeito, às vezes fico devendo na loja. Mas nunca por muito tempo”.

Pelos cálculos do presidente da associação dos assentados do Safra, Samuel Ferreira Barbalho, a renda média das famílias gira em torno de R\$ 800/mês. “Aqui ninguém precisa de cesta básica, e apenas seis famílias ainda dependem de ajuda do governo para sobreviver. É verdade que alguns recebem Bolsa-Família, mas é apenas para ajudar na permanência das crianças na escola”, explica. Prioridade máxima, o projeto de educação no Safra inclui uma escola para todas as crianças até a 8ª série, além de duas turmas do projeto Saberes da Terra (espécie de supletivo de 5ª a 8ª séries, com ensino voltado à realidade dos agricultores familiares) para jovens entre 18 e 25 anos. Além disso, todos os educadores do assentamento estão cursando pós-graduação em educação do campo.

A maior preocupação do Safra, no entanto, é estender a estrutura de irrigação para os 1.100 hectares restantes do assentamento, cultivados parcialmente apenas na época das chuvas. Uma adutora para levar água a 400 hectares já existe há cerca de cinco anos, mas nunca chegou a funcionar, e agora está avariada. Aproveitando a reunião com o secre-

tário de Agricultura do Estado naquele mesmo dia, Samuel apresentou a demanda por verbas para ativação da adutora, mas ponderou que, simultaneamente, existe a necessidade de instalação de um sistema de drenagem, devido à ameaça de salinização das áreas irrigadas. Arrancou do governo a promessa de uma visita à área na semana seguinte.

Ver o verde “tomar de conta” também da área de sequeiro do Safra é o sonho de muita gente. João Leite, outro veterano do assentamento, lembra com saudade dos primórdios, mas se diz preparado para as peijas do presente. “A nossa foi a melhor luta do Vale do São Francisco. O Safra foi onde tudo começou, tem o melhor solo de todos. Mas agora queremos mais, temos mais de mil hectares pra irrigar, e vamos à luta”. Já Samuel sonha alto. “Quando começar a funcionar este novo sistema de irrigação, calculamos que a renda mensal familiar saltará para cerca de R\$ 2 mil. E mais: com apenas 400 hectares irrigados adicionais, podemos gerar cerca de mil empregos. Na época da colheita, esta demanda dobra. Aqui vai ter trabalho e renda suficiente para todos”.



Prosperidade com cooperação e agroindústria



Assentamento Conquista na Fronteira, em Santa Catarina, é um exemplo de trabalho coletivo para produção de alimentos e geração de renda

Por Daniel Cassol | Texto e fotos

A cada final de mês o assentamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira (SC), recebe caravanas de diferentes partes do Brasil e do mundo. “Sempre tenho visitas aqui na minha horta”, brinca a assentada Maria Gonçalves, que coordena a produção de hortaliças. Os visitantes são estudantes, pesquisadores, integrantes de governos, militantes sociais e demais interessados em conhecer a exitosa experiência do assentamento localizado no oeste de Santa Catarina, na fronteira com a Argentina, que faz da cooperativa Cooperunião uma referência internacional.

Fundada em 1990, dois anos depois da conquista do assentamento, a Cooperunião é um exemplo de organização dos agricultores Sem Terra. Mais do que isso, a prova viva de que a Reforma Agrária pode garantir alimentação saudável, renda e desenvolvimento tanto para os assentados quanto para as comunidades.

São 60 famílias vivendo nos 1198 hectares do assentamento, mas nenhuma delas possui seu próprio lote, a não ser formalmente. No Conquista na Fronteira, toda a produção é coletiva e centralizada na Cooperunião, que conta com 110 sócios trabalhadores. Cada um é remunerado de acordo com as horas trabalhadas – oito horas para homens e quatro para mulheres e jovens, que trabalham no turno inverso da escola ou faculdade.

Trata-se de um processo relativamente complexo que só funciona com muita organização. “A principal característica do assentamento é a organização, o que exige muito trabalho. Há uma divisão entre setores de produção que não se encontra em qualquer lugar”, afirma Neudi Guindani, integrante da coordenação da cooperativa.

A Cooperunião é uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) na qual todas as decisões são tomadas em conjunto na Assembleia Geral, instância máxima da organização, e discutidas nos seis Núcleos de Base do assentamento. As instâncias diretivas – a Direção Coletiva, o Conselho Diretor e o Conselho Social e Político – também funcionam de forma colegiada.

A estratégia é primeiro garantir a subsistência das famílias com alimentação de qualidade e, depois, industrializar a produção para a geração de renda, que é colocada em prática por cinco equipes de trabalho do Setor de Produção: Subsistência e Reflorestamento, Bovinocultura, Avicultura, Grãos e Administrativo e Social. Todos eles atuam de forma coordenada. A cooperativa também conta com comissões de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Animação e Visitas e Grupo de Jovens, que organizam as demais demandas na vida do assentamento.

Cooperação

A melhor maneira de compreender como se organiza a produção na Cooperunião é percorrer os caminhos do assentamento. Na área central está o escritório, onde funciona a parte administrativa da cooperativa. Ao lado, localizam-se o setor de saúde e o alojamento para visitantes, e defronte está o salão comunitário. Mais adiante fica o galpão que funciona como central da equipe de grãos, responsável pelo abastecimento de sementes, fabricação de ração para as criações e organização do uso do maquinário pelos outros setores. “Onde precisa de máquina ou de sementes, nós somos acionados”, explica o coordenador Matias Weber.

Bem perto deste galpão está o frigorífico de aves, que beneficia o frango Terra Viva, que presta serviços para empresas avicultoras da região. Ele nasceu em 1997, a partir de uma orientação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre as potencialidades do assentamento. Atualmente, o frigorífico funciona apenas à tarde e, durante cerca de quatro horas, são abatidos uma média de três mil frangos por dia. Trata-se de uma área estratégica dentro do Setor de Produção da Cooperunião, já que contribui para capitalizar a cooperativa.

É no frigorífico que trabalha a maior parte dos assentados, numa média de 45 pessoas que se dividem entre os diferentes setores da linha de produção. O coordenador Hélio Draszewski explica que o frigorífico é estratégico para o assentamento não apenas na questão econômica. “É um trabalho diferenciado que agrada os jovens. Por isso, além de suprir a parte econômica, cria uma alternativa para a permanência da juventude no campo”, avalia o assentado.

Merenda escolar

Vendido no mercado convencional em Santa Catarina e em outros estados, o frango Terra Viva também integra as 900 cestas básicas distribuídas duas vezes por semana em Dionísio Cerqueira, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) faz com que o frango do assentamento faça parte da merenda escolar do município. A cooperativa também abastece um restaurante popular mantido pela prefeitura com carne de frango, peixe e suíno.

Dali, pouco se perde e muito se aproveita. Com a finalidade de se pensar numa produção de forma sustentável e ecológica, os restos do frigorífico são reaproveitados na alimentação dos peixes ou na formação de adubo, por exemplo, algo que exige uma atuação coordenada entre os diferentes setores de produção do assentamento.

Percorridas as áreas administrativa, de grãos, maquinário e de avicultura, uma quarta estrutura cuida da produção de alimentos e do reflorestamento. Trata-se de um dos setores mais

importantes e diversificados dentro da estrutura da cooperativa, espalhados por toda a área do assentamento: as lavouras de feijão, os 12 açudes de produção de peixes, os suínos, as aves de postura, a criação de abelhas para a produção de mel garantem, de forma coletiva, a subsistência dos assentados e a renda por meio da comercialização.

Por outro lado, as áreas de manejo da erva-mate e de reflorestamento com eucalipto para a



Crianças na escola do assentamento que trabalha com

utilização da lenha viabilizam a conservação das Áreas de Proteção Ambiental, que foram recuperadas, além de mais uma fonte de renda, uma vez que as folhas de erva-mate são vendidas para ervateiras da região.

Na horta coletiva, que integra o setor responsável pela subsistência, os assentados podem retirar hortaliças, legumes, ervas e até mesmo flores sempre que precisarem. Diariamente, pela ma-

nhã, ocorre a distribuição às famílias assentadas, garantindo verduras e legumes frescos na mesa do almoço. A horta é coordenada pela assentada Maria Salete Gonçalves, que atualmente participa de um curso de agroecologia para qualificar a produção. Há também um viveiro de mudas de árvores frutíferas para que as famílias mantenham pomares nos quintais de casa.

Caminhando em direção à entrada do as-



uma proposta pedagógica à realidade da Reforma Agrária

sentamento se encontra outro setor estratégico para a geração de renda: a produção de leite. São 190 vacas que produzem de 2,9 mil a 3,1 mil litros de leite diariamente, que são vendidos à Coopereste, cooperativa ligada ao MST no município de Chapecó, responsável pela produção o leite Terra Viva. A alimentação dos animais é à base de pasto, por meio do sistema de rotação de pastagens conhecido como Pastoreio Racional Voisin (PRV), uma alternativa agroecológica para a criação de

animais. A suplementação é feita com a silagem produzida no próprio assentamento, a partir da fábrica de rações. Contando com as vacas de leite e com o gado de corte, o plantel do assentamento conta com 402 cabeças de gado. A meta para o próximo ano, segundo Leoni Rodrigues, um dos coordenadores do setor, é ter 230 vacas produzindo leite.

Entre janeiro e outubro de 2012, a Cooperunião teve um faturamento de R\$ 268 mil, montante que é dividido entre os assentados e utilizado na própria manutenção e crescimento da cooperativa. Cumprindo os objetivos estratégicos de garantir primeiramente a subsistência do assentamento para depois avançar na industrialização e comercialização da produção, a Cooperunião é um marco da importância da Reforma Agrária. Há um tempo, uma placa na entrada do assentamento dizia: “Uma experiência que deu certo”. O assentado Altidor Matt propôs uma mudança simples, embora significativa: “Uma experiência que dá certo”. Porque as conquistas são visíveis dia após dia.

União desde o acampamento

A história do assentamento Conquista na Fronteira se confunde com a história do próprio MST. As famílias que construíram a Cooperunião estavam entre as primeiras que ocuparam latifúndios em Santa Catarina, em 1985, nos municípios do oeste do estado. Hoje assentado, o casal Fátima e Altidor Matt recorda com detalhes os cerca de três anos em que estiveram acampados antes de conquistar a terra. “Olhando a nossa situação hoje em dia, até parece mentira tudo o que passamos”, recorda Fátima, que atravessou o estado na caçamba de uma caminhonete do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) junto com outras companheiras, naquele junho de 1998, quando chegaram ao assentamento.

A geografia da fazenda desapropriada impulsionou a ideia de produção coletiva, algo que já estava sendo elaborado nos tempos do acampamento. Se cada família ficasse com seu lote individual, um grupo seria muito beneficiado, com áreas de ervamate e bastante água, enquanto outros ficariam muito prejudicados com áreas pedregosas. Assim, se consolidou a ideia de coletivizar a terra e a produção. “Se não fosse assim não teria dado certo. Foi a me-

lhor forma de organização”, afirma Altidor Matt.

O assentado recorda que, inicialmente, as famílias do Movimento estavam organizadas em núcleos no acampamento, discutindo a forma de produção que levariam ao futuro assentamento. Após muitas discussões com o Incra, definiu-se que o assentamento seria dividido entre 35 famílias ligadas ao MST e outras 25 que vinham de comunidades do interior de Dionísio Cerqueira que também foram beneficiadas.

O primeiro recurso foi utilizado no aluguel de um trator para arar as terras e plantar alimentos. Na safra seguinte, os assentados compraram o trator e, aos poucos, as famílias dos dois grupos foram compartilhando as máquinas e consolidando a ideia de lavrar a terra coletivamente.

“Começamos a discutir primeiro a produção do que comer. Depois veio a questão da comercialização e da industrialização da nossa produção”, conta o assentado Neudi Guindani. “Mas já saímos do acampamento decididos a trabalhar coletivamente”, reforça.

O começo da produção no assentamento foi de muita dificuldade. Até no plantio de fumo os assentados se aventuraram, abandonando a empreitada ao perceberem os malefícios para a saúde e o meio ambiente. A Cooperunião acabou sendo a ferramenta necessária para impulsionar a produção de alimentos e a geração de renda para os agricultores. Mas os desafios são permanentes.

“Para manter uma estrutura como essa, é preciso muito trabalho e organização. É uma tarefa cotidiana”, afirma Altidor Matt. “O grande desafio hoje é avançar na formação política e técnica dos

“O grande desafio hoje é avançar na formação política e técnica dos assentados para dar um salto na produção”, diz Neudi Guindani

assentados para dar um salto na produção”, complementa Neudi Guindani.

Educação, saúde e lazer

O assentamento Conquista na Fronteira não se caracteriza somente pela produção de leite, frango, hortaliças e erva-mate. A educação caminhou junto com o processo de desenvolvimento da Cooperunião. E o assentamento hoje coloca questões como saúde e lazer no mesmo patamar de prioridade da produção de alimentos.

No organograma da Cooperunião, a escola, a ciranda infantil e o Setor de Saúde integram uma das equipes de trabalho do Setor de Produção, dentro de uma lógica de que a educação e a saúde contribuem no processo de produção.

A Escola Municipal Construindo o Caminho nasceu de uma reivindicação das famílias quando ainda estavam acampadas. Formalizada em 1990, ela surgiu da necessidade não apenas de alfabetizar os filhos de assentados, mas inseri-los numa proposta pedagógica adequada à Reforma Agrária. A começar pelo nome. A prefeitura municipal queria que a escola se chamasse “Tracutinga”, nome da comunidade onde se localiza o assentamento e da antiga fazenda que existia no local. Mas os assentados optaram por “Construindo o Caminho”.

A escola hoje tem atividades curriculares e complementares para crianças da pré-escola ao quarto ano do ensino fundamental. Dentro da proposta pedagógica do MST, os professores trabalham os temas a partir do fato gerador. As crianças também são responsáveis pela gestão da escola: assim como na cooperativa, elas tomam decisões em conjunto, definem regras para o funcionamento da escola e atividades que serão desenvolvidas. Por sua história, método de aprendizagem e importância no contexto do assentamento, a escola Construindo o Caminho é um dos motivos que faz do Conquista na Fronteira uma referência para a Reforma Agrária.

Marinês Brunetto e Vanda Grespan, professoras efetivas da escola, explicam que Dionísio Cerqueira conta atualmente com apenas duas escolas do campo. O município, que já teve 56 escolas, hoje tem quatro núcleos municipais. “Concordamos com a nucleação, mas com escolas que se

enquadrem no mesmo objetivo. Por isso a importância da nossa escola”, afirma Marinês.

Além da escola, o Conquista na Fronteira conta com a ciranda infantil, cuja história também remonta às origens do assentamento. Ali, crianças de zero a quatro anos são cuidadas e realizam atividades enquanto os pais trabalham em algum dos setores de produção da cooperativa. Já os estudantes maiores, que precisam estudar em escolas da cidade ou mesmo nas faculdades da região, são acompanhados pela comissão de Educação.

Os assentados também construíram ao longo do tempo uma política de saúde, centralizada no setor coordenado atualmente pela assentada Natalia Hebert. Ela é responsável pela produção de chás naturais e pela conscientização dos assentados da importância da prevenção às doenças. Casos mais graves são encaminhados ao hospital da cidade. Uma vez por semana, um médico vem ao assentamento.

A preocupação com o bem-estar dos moradores do assentamento se estende para outras áreas. Um grupo de jovens com 24 integrantes discute as inquietudes da juventude. “Seja por falta de trabalho ou mesmo para conhecer outras realidades, os jovens estão deixando o campo. No grupo refletimos sobre estas questões”, afirma Matias Weber, que integra o grupo responsável também

As 60 famílias do assentamento possuem seu próprio lote apenas formalmente. Toda a produção é coletiva e centralizada na cooperativa

por atividades festivas e recreativas.

O Conquista na Fronteira se destaca ainda no esporte. No salão da comunidade, há um espaço reservado para dezenas de troféus conquistados pelos times de bocha e futebol em torneios da região. A grande atração do assentamento é o Estrela Vermelha, um dos primeiros times de futebol de assentados, que costuma amealhar títulos municipais em Dionísio Cerqueira. “No último campeonato ganhamos o troféu de equipe mais disciplinada”, ressalta César Gonçalves, jogador e às vezes treinador do Estrela Vermelha.



Assentados trabalham na capina da lavoura

MST **reescreve história** do cacau no sul da Bahia



Assentamentos substituem a lógica perversa da plantação de cacau dos coronéis pela construção coletiva de uma produção agroecológica

Por Ana Maria Amorim | Texto

Oziel Aragão | Fotos

Nos muros das escolas,
nas estátuas, nas pla-
cas do comércio local.

A importância do cacau na economia do território do litoral sul baiano está evidenciada pelas cidades que viveram o auge e declínio dos coronéis. A história de riqueza das grandes fazendas entra em colapso no final da década de 80 quando a “vassoura-de-bruxa” devasta a lavoura. Provocando a necrose do cacau-eiro, o fungo *Crinipellis* comprometeu a economia da região, ocasionando uma queda brusca da produção.

As grandes propriedades de terras foram abandonadas, após tentativa frustrada do governo em financiar a continuidade da produção. Foi assim que a “vassoura-de-bruxa” resultou no fim de um ciclo de riqueza do sul da Bahia, e estima-se que ocasionou o desemprego de mais de 200 mil trabalhadores que dependiam da lavoura cacau-eira para sobreviver.

É neste cenário que as famílias expulsas das grandes propriedades de terra se unem enquanto MST para continuar a produção agrícola na região, ocupando os latifúndios abandonados pelos coronéis e suas famílias. Essa é a história comum de muitos assentamentos da região, como o Terra Vista e Nova Aliança, nas proximidades de Arataca, Ojeferson Santos e Loanda, próximos ao município de Itajuípe.

Um dos mais antigos do estado, o Assentamento Terra Vista começou com 300 famílias que acamparam numa fazenda abandonada de 904 hectares, em março de 1992. A imissão de posse veio em 1995, junto com o desafio de estruturar a produção na fazenda.

Em Terra Vista, uma história de tentativas e erros marcou o início do assentamento. O MST buscou a produção de cacau, a piscicultura e o plantio de café, banana, mandioca e abacaxi (este último para a produção de doces, numa pequena fábrica montada no assentamento). A área, porém, continuava devastada pela “vassoura-de-bruxa” e os investimentos do estado não chegavam para que se pudesse investir na área. Com isso, no final da década de 90, os assentados foram aos poucos perdendo a produção e a piscicultura foi abandonada. A história se transforma quando o Movimento, com o apoio da Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (Cabruca), começa a investir na produção orgânica.

A agroecologia e o selo orgânico

Para mostrar que era possível o caminho orgânico, o MST e o Cabruca fizeram um experimento. “Separamos um hectare do assentamento para cultivo de cacau feito de forma 100% orgânica. Em seis anos, os dados provaram a eficácia do método: saímos de 3,3 arrobas de cacau por ano para 92 arrobas”, relata Francisco Vilas, coordenador do assentamento. Foram testados 10 tipos de clones de cacau e, após análise, foram selecionados os cinco melhores para a região.

Atualmente, seis assentamentos na região possuem o selo de Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias (IBD), que garante que o produto cultivado na área é produzido organicamente, ou seja, sem nenhum uso de produto químico. As-

“Mudamos a visão do coronel de plantar, colher e vender para uma visão que questiona o que foi plantado e como foi plantado”, diz Solange Santos, do MST

sim, toda a produção dos assentamentos (cacau, cupuaçu e hortaliças, por exemplo) pode ser comercializada com este selo. Reconhecido internacionalmente, o selo ajuda na valorização e comercialização da produção.

A produção orgânica também trouxe uma mudança na forma de pensar o produto final do assentamento. Antes, os produtores vendiam as amêndoas do cacau. A nova meta, por meio de uma parceria do Sistema Agro Florestal (SAF) com o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, prevê que o assentamento forneça o cacau fino, produto mais valorizado e de melhor qualidade. Futuramente, o MST pretende ter a própria produção de chocolate, que hoje depende de parcerias externas. Para Solange Santos, uma das coordenadoras do assentamento, trata-se de uma nova visão da agricultura. “Mudamos a visão do coronel de plantar, colher e vender para uma visão que questiona o que foi plantado e como foi plantado, transformando os antigos hábitos, agregando conhecimento à nossa produção”, diz.

“Caminhamos agora para que a produção seja completamente agroecológica, o que significa cumprir o tripé: ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto”, explica Anderson Oliveira, técnico do setor regional de produção. No viveiro do Assentamento Terra Vista, cerca de 100 mil mudas são produzidas por ano, em sua maioria cacau, cupuaçu e plantas nativas. A região de floresta corresponde a quase um terço fazenda, sendo que regiões devastadas pelo antigo dono, como as áreas de matas ciliares e de morro, foram reflorestadas pelos assentados.

Também está sendo intensificada a produção própria de adubo orgânico, integrando todas as etapas da produção dentro do assentamento. Na produção específica do cacau, a forma como as amêndoas

são secadas também está sendo uniformizada nos assentamentos, que aos poucos devem abandonar a secagem à lenha (que é feita com madeira certificada como própria) e o processo de barçaças (estruturas desenvolvidas para a secagem sem precisar de vapor), técnicas que serão substituídas pelas estufas, que já estão sendo montadas nos assentamentos. A meta é aumentar em quatro salários mínimos o rendimento mensal das famílias, fruto do aumento da produtividade previsto com o uso de novas técnicas.

Relação com a comunidade

Os assentamentos possuem uma relação próxima às comunidades circunvizinhas. Isso se dá, por exemplo, por meio da participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Aderindo a este programa, a Reforma Agrária garante parte da merenda escolar dos municípios. Os assentamentos também costumam integrar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação do Fome Zero que disponibiliza alimentos produzidos pela agricultura familiar às populações em situação de insegurança alimentar. Dessa maneira, as famílias assentadas colaboram com nove entidades da região, ajudando a alimentar mais de seis mil pessoas.

A produção do chocolate orgânico também ajudou a comunidade a conhecer melhor a atuação do Movimento. “O cacau ficou desacreditado durante muito tempo, pois trazia a história de opressão dos coronéis e do desmatamento da mata nativa. Agora, com o reconhecimento da produção cacauzeira, que vem também com o chocolate orgânico, renasce a história do cacau, sem os traços de antes”, diz Josival Borges, do Setor de Produção regional. O chocolate orgânico produzido pelos Sem Terra esteve presente, neste ano, no Rio+20 e no Salon du Chocolat (maior evento de chocolate do mundo) que foi realizado em Salvador. Com o sucesso do produto, representantes do assentamento participaram do mesmo evento, no final de outubro, em Paris, na França.

Educação

Além da produção agrícola e seus produtos, o Movimento interage com as comunidades e com os assentados por meio da educação. No Assentamento Terra Vista, a estrutura de educação atende às crianças e jovens do campo e das comunidades urbanas

vizinhas. Na educação infantil, a Escola Municipal Florestan Fernandes atende a formação até o 5º ano. Para o nível médio e técnico profissionalizante, os estudantes frequentam o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, onde podem cursar Zootecnia, Agroecologia, Informática, Meio Ambiente e Agroextrativismo. O centro também possui uma sala de informática, por meio do programa estadual de Centros de Cidadania Digital.

“Os cursos profissionalizantes são abertos à comunidade vizinha, ajudando as cidades a ter acesso a essa educação. Nossa meta é não apenas criar mão de obra, mas sim profissionais qualificados capazes de ter uma posição crítica ao mundo”, diz Mara Ribeiro, coordenadora regional de educação do MST.

Fora do assentamento, há a oportunidade no Ensino Superior. Isso ocorre por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Em parceria com a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os Sem Terra conseguem cursar a educação superior no curso de Agronomia. Tendo como base o modo de vida no campo e suas singularidades, a pedagogia adotada nestes cursos é de alternância, o que permite conciliar o trabalho rural com os estudos.

“Na época dos coronéis, a gente vendia o dia para comer e não tinha direito de fazer nem uma roça. Hoje eu ganho mais e administro meu tempo”, diz o assentado Cipriano Santos

Apesar das garantias conquistadas, o MST ainda enfrenta dificuldades na manutenção dos projetos. “Estamos sofrendo algumas perdas. Por exemplo, tivemos redução no apoio do governo a alguns projetos de educação. Internamente, essa perda se reflete na dificuldade de manter um trabalho de formação política dos formadores, o que configura um desafio para a organização do coletivo de educação no assentamento”, diz Mara Ribeiro.

O desafio a que ela se refere conta com algumas iniciativas. Mensalmente, durante dois dias, os

Técnico em agroecologia examina cacau





No viveiro são produzidas 100 mil mudas por ano

assentados se reúnem em um seminário para planejar as atividades da produção agrícola. Este momento é estendido também para a educação, com espaço de formação na tentativa de aliar a educação ao trabalho. “Envolvemos as crianças nas tarefas da horta, além de dividirmos atividades entre todos: homens e mulheres. O momento também tem sido aproveitado como um espaço de reflexão do movimento”, diz Mara.

Atualmente, a principal meta na educação é garantir que as escolas trabalhem em turno integral, possuindo atividades pedagógicas para o tempo livre. A estruturação da biblioteca do Centro Milton Santos também é um dos próximos passos a serem dados pelas famílias, com a finalidade de trazer ao assentamento atividades e cursos artístico-culturais.

Uma nova história para o cacau

Os assentamentos representam uma radical mudança no cenário da produção agrícola local. O assentado Cipriano Ventura dos Santos, do Assentamento Ojeferson Santos, assistiu às mudanças de perto. “Na época dos coronéis, a gente era quase cativo, sem nenhuma regalia. A gente vendia o dia para comer e não tinha direito de fazer nem uma roça”, diz Cipriano, que começou a trabalhar com 11 anos nas lavouras de cacau, recebendo um cruzeiro por dia. “Hoje eu ganho mais e administro meu tempo, sem nenhum cabo de turma”, completa.

No tempo dos latifundiários do cacau, a educação não fazia parte dos planos dos trabalhadores. “Meu pai não tinha condição de me por na escola, dizia que escola de menino era a roça. Quando aprendi a escrever meu nome, eu já era pai. Hoje, meus filhos sabem ler”, relata Santos.

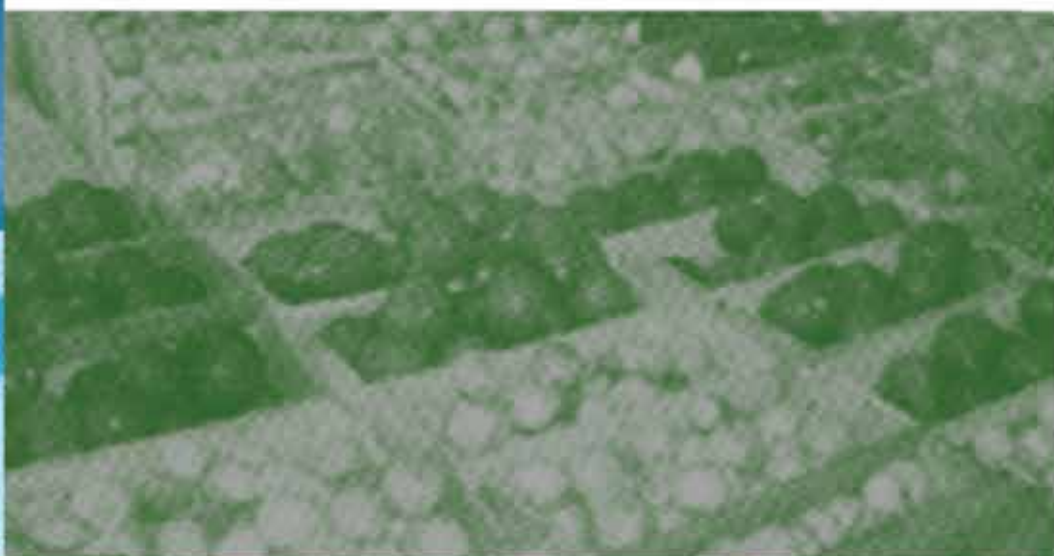
João da Silva Meira, assentado do Ojeferson Santos, também trabalhou nas plantações de cacau dos coronéis. “Hoje a vida está bem melhor, porque a gente não precisa trabalhar para os outros e ainda ajuda o abastecimento da cidade. Mas ainda precisamos que o governo nos dê crédito e fortaleça as políticas públicas aqui, falta olhar com mais atenção para a nossa realidade”, diz.

A nova história do cacau promete novos frutos. O assentamento de Cipriano, por exemplo, busca parcerias para que o investimento na produção orgânica possa ser continuado na região, bem como estrutura para que outros cultivos ajudem na renda do trabalhador rural, a exemplo da produção de farinha de mandioca. Já o Terra Vista e Nova Aliança buscam ampliar a produção agroecológica e introduzir novas tecnologias que ajudem neste caminho.

A luta do MST vem, portanto, trocando a roupa do coronelismo, da concentração de riqueza e do latifúndio do passado da região por uma história de integração, agroecologia e educação para os trabalhadores rurais.



Fundada em 30 de outubro de 1996, a COAPRI (Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva) é um instrumento de organização dos trabalhadores rurais que tem por objetivo fomentar a soberania alimentar a partir da melhoria da qualidade de vida dos homens e mulheres do campo, desenvolvendo a produção agropecuária, agroindustrial e a comercialização.



Assentamento Pirituba - Agrovila V - Itaberá/SP - CP 31
CEP: 18440-000
coopri@gmail.com - (15)3562.6255

Arroz ecológico, justiça no campo e saúde na mesa



Assentamentos do MST na região de Porto Alegre desenvolvem experiência pioneira de plantio de arroz ecológico e avançam na distribuição da produção

Por Daniel Cassol | Texto e fotos

A poucos quilômetros da capital gaúcha, assentamentos da Reforma Agrária vêm desenvolvendo uma experiência avançada de produção de arroz ecológico, que comprova ser possível produzir alimentos com qualidade, respeito ao meio ambiente e em escala suficiente para atender o mercado. A experiência realizada pelas cooperativas ligadas ao MST no Rio Grande do Sul representa um passo importante na autonomia dos assentamentos no beneficiamento e comercialização da produção agrícola. E garante, por outro lado, alimento saudável na mesa dos trabalhadores.

A produção de arroz ecológico envolve 24 assentamentos localizados em 15 municípios na região metropolitana de Porto Alegre e arredores. O plano para a safra 2012/2013 indica a participação de 439 famílias, divididas em 49 unidades de produção. A área plantada é de 3,4 mil hectares e a produção estimada, de quase 290 mil sacas de arroz. Nas embalagens de 1 quilo, 5 quilos e a vácuo, o arroz Terra Livre é distribuído na merenda escolar de dezenas de municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Também é entregue a uma série de comunidades da periferia de Porto Alegre, por meio do programa Fome Zero. E está entrando, aos poucos, nos mercados de varejo do centro do país. Recentemente, o grupo Pão de Açúcar passou a vender a marca em suas unidades. E o arroz ecológico já foi exportado para os Estados Unidos em 2007.

Quem olha para essas informações pode não acreditar que a experiência é relativamente recente

— a primeira tentativa de plantio de arroz ecológico se deu em 1999. Quando as primeiras famílias de assentados começaram a chegar na região, no começo dos anos 90, não tiveram outra alternativa senão reproduzir o modelo adotado pelos produtores de arroz nas grandes áreas de várzea dos municípios da Grande Porto Alegre.

“No nosso assentamento, vínhamos de regiões de serra e plantávamos outras culturas, ninguém sabia plantar arroz”, lembra Mauro Cibulski, integrante da coordenação do MST e morador do Assentamento Integração Gaúcha, de Eldorado do Sul, que recebeu este nome justamente por reunir famílias de diferentes regiões do estado.

Sem agrotóxicos

O processo de discussão entre as famílias foi levando à conclusão de que era preciso superar o modelo baseado nos pacotes agroquímicos. A família de Mauro Cibulski foi uma das primeiras a desenvolver experiências de produção ecológica de hortaliças, o que contribuiu para uma mudança de concepção nos assentamentos da região. A criação de hortas ecológicas tinha o apoio da Fundação Gaia, fundada pelo famoso ambientalista José Lutzemberger. Com o incentivo do agrônomo Sebastião Pinheiro, militante da agroecologia, e da cooperativa Coolmeia, que até hoje organiza uma tradicional feira ecológica na capital, a produção foi se desenvolvendo.

“Foi um projeto que as famílias se desafiaram

O arroz Terra Livre é distribuído na merenda escolar no RS, SC, SP e MG. Recentemente, o Pão de Açúcar passou vender a marca em suas unidades

a fazer a partir da realidade concreta, que era diferente da que conheciam”, recorda o técnico agrícola Celso Alves da Silva, que integra a coordenação do Grupo Gestor do Arroz. Preocupadas não apenas com a geração de uma alternativa econômica, mas com a preservação do meio ambiente, a própria saúde e os princípios do Movimento, as famílias resolveram deixar de ser meras fornecedoras de grãos para as indústrias. “Naquela época, as famílias se deram conta: se estamos produzindo hortaliças ecológicas, podemos plantar arroz ecológico”, conta.

A primeira experiência foi realizada no Assentamento Capela, em Nova Santa Rita, em uma área de um hectare. Três anos depois, um seminário sobre rizipiscicultura, a técnica que alia o plantio de arroz com a produção de peixes que atuam na limpeza das ervas daninhas, era realizado no Assentamento Lagoa do Junco, em Tapes, na beira da Lagoa dos Patos. Foi o primeiro seminário e o impulso para o desenvolvimento da produção de arroz ecológico nos assentamentos do Movimento na região.

No seminário da safra 2004/2005, os assentados estabeleceram os princípios básicos da produção de arroz: a preservação do meio ambiente, a produção da própria semente e o envolvimento das famílias em todas as instâncias de decisão. “A corrente entre a família, o grupo de produção e a coordenação é onde se dá a construção do projeto do arroz ecológico. É um movimento legítimo de tomada de decisões pelos assentados, que se dá nestes três níveis”, explica Silva. Neste ano, ficou definido também que o Grupo Gestor do Arroz trabalharia na construção de um planejamento estratégico. A certificação orgânica da produção foi uma necessidade verificada a partir de 2004. O arroz tem certificação de produto ecológico com base nas legislações brasileira, europeia e estadunidense.

Organização da produção

Os anos seguintes foram de consolidação do grupo gestor e avanço no controle da cadeia produtiva. A produção de sementes pelos próprios assentados começou em 2008. No seminário realizado neste ano, o grupo gestor consolidou os eixos da certificação orgânica, das estruturas de secagem, armazenamento e comercialização, da preservação ambiental e da segurança no trabalho.

Os seminários anuais seguem acontecendo, para avaliar como foi a safra e preparar o ano seguinte. Nos meses anteriores, os grupos de produção formados pelas famílias discutem o rendimento da lavoura, as dificuldades encontradas, os desafios para o ano seguinte e preparam os debates do seminário. Na relação com a sociedade, o Grupo Gestor do Arroz realiza anualmente a Abertura da Colheita, que está indo para a décima edição.

Atualmente, o Grupo Gestor é formado pelas cooperativas Cootap, Coopan, Coopat e Cooceargs, esta última responsável pela certificação participativa do arroz ecológico. Cada cooperativa segue comercializando sua marca própria de arroz, mas desde 2010 criou-se o arroz Terra Livre como marca coletiva dos assentamentos envolvidos na produção.

A articulação entre as cooperativas permite que o Grupo Gestor do Arroz consiga controlar toda a cadeia produtiva: a produção de sementes, o plantio de arroz, a secagem, o armazenamento, o beneficiamento e a comercialização. “Só conseguimos isso devido ao trabalho do Grupo Gestor, que foi se desafiando e qualificando. Assim como aprendemos a plantar arroz ecológico, aprendemos a secar, beneficiar e comercializar”, afirma Nelson Krupinski, que coordena a equipe de vendas.

Ele destaca o trabalho de articulação entre as cooperativas para otimizar as estruturas de secagem e armazenamento, além de projetar a logística de distribuição de modo a reduzir custos e aumentar a competitividade do produto. A logística é o principal gargalo: muito cara, ela praticamente inviabiliza a entrada do produto em mercados mais distantes. Por isso, o MST discute a articulação entre as cooperativas em nível mais amplo, a fim de otimizar os recursos para distribuir os produtos da Reforma Agrária.

Produção ecológica é mais barata

Além da perspectiva ecológica e de saúde, a produção de arroz orgânico nos assentamentos do MST representa também uma rentabilidade mais interessante que a do mercado convencional. O arroz ecológico tem uma produtividade de 20% a 30% menor que a do cultivo convencional com agrotóxicos, no entanto, tem um custo de produção de 40% a 50% mais barato. Enquanto o arroz ecológico tem um custo de R\$ 960 a R\$ 1 mil por hectare, o custo na lavoura convencional é de R\$ 1,8 mil a R\$ 1,9 mil por hectare. Além disso, o Grupo Gestor assegura o pagamento aos agricultores sempre 30% acima do preço mínimo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). É uma garantia importante em casos de queda no preço do arroz, mesmo que existam eventuais perdas quando o preço sobe.

O preço pago pela saca de arroz gira em torno de R\$ 30. Com uma média de dez hectares cultivados por cada família, e uma produtividade de 80 sacas por hectare, a renda média anual de uma família fica em cerca de R\$ 24 mil. “Não é uma renda suficiente para

passar o ano inteiro, por isso a importância de incentivarmos a diversificação da produção nos lotes”, explica Krupinski.

A renda obtida pela venda do arroz no varejo e no mercado institucional vem impulsionando a criação de alternativas para os assentados produzirem o próprio alimento e ainda diversificarem as fontes de renda. A rota do leite produz atualmente 160 mil litros por mês, produto que é entregue a indústrias da região e transformado também em leite em pó para integrar o kit da merenda escolar.

As hortaliças e legumes, produzidos de forma ecológica, também estão sendo aos poucos incorporadas aos produtos entregues a escolas e comunidades carentes da região. “Isso dá outra dimensão social e produtiva para as famílias. Além de incrementar a renda, qualifica a própria alimentação da família”, destaca Krupinski. As cooperativas também estão constituindo o grupo gestor do peixe, incrementando a renda e a alimentação das famílias. “Estamos fomentando a produção e discutindo a comercialização”, completa.



» Produto da **Reforma Agrária** na mesa do povo da cidade

A experiência do arroz ecológico nos assentamentos do MST na região metropolitana de Porto Alegre traz uma dimensão importante para o debate da Reforma Agrária. Os assentamentos se localizam em áreas próximas aos centros urbanos, com acessos adequados para que a produção possa ser comercializada na cidade. Por outro lado, mostra a importância dos programas governamentais de compra dos alimentos da Reforma Agrária, que levam alimentos saudáveis para a mesa do povo da cidade e viabilizam a produção nos assentamentos.

O assentado Darci Cibulski não planta arroz em seu lote, mas se dedica com esmero na sua diversificada horta ecológica. A proximidade com Porto Alegre e cidades da região metropolitana permite que o agricultor sempre tenha onde vender seus produtos. “De uma horta de apenas meio hectare eu tiro o sustento da minha família”, afirma Cibulski, que semanalmente participa de uma feira ecológica em Porto Alegre.

A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap), ferramenta legal do grupo gestor do arroz, comercializa o Terra Livre no mercado institucional, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da política de formação de estoques da Conab. Mas não é só o arroz que é distribuído, há o feijão e outros 23 produtos que formam o kit.

Um convênio com a Prefeitura de São Leopoldo garante também a distribuição de alimentos para 42 entidades, atingindo 27,5 mil pessoas. Por meio do Programa Fome Zero, os produtos da Reforma Agrária chegam a 38 núcleos comunitários e nove creches destinadas a crianças carentes em Porto Alegre.

Outro canal de distribuição no mercado institucional é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O arroz ecológico Terra Livre chega a escolas de 11 municípios de São Paulo,

Santa Catarina e Minas Gerais, atingindo cerca de 438 mil estudantes para além do Rio Grande do Sul. Em terras gaúchas, a produção da Reforma Agrária chega a 180 mil alunos em cerca de 30 municípios da grande região de Porto Alegre.

“É o produto da Reforma Agrária chegando à população pobre da cidade. Para nós é importante vendermos os produtos ecológicos em feiras e mercados voltados para este tipo de produto, mas o nosso compromisso é com a produção de alimentos de qualidade para essa população”, defende o engenheiro agrônomo Edson Cadore. Regularmente, o MST realiza atividades com as associações de bairro de Porto Alegre que recebem produtos dos assentamentos por meio do Fome Zero, como forma de fazer relação entre campo e cidade e discutir a importância da Reforma Agrária.



» Produção **ecológica** demanda trabalho de ano inteiro

A técnica de produção de arroz ecológico tem um diferencial básico em relação ao método convencional de uso intensivo de agrotóxicos. Se na técnica convencional o agricultor simplesmente “esquece” da terra depois de colher, voltando apenas no próximo plantio com uma bomba agroquímica para limpar o solo, na produção orgânica o trabalho é de mês a mês, garantindo a boa saúde do solo e da lavoura com muito planejamento – e zero de agrotóxicos.

“É um trabalho de ano inteiro, com etapas que são chave e exigem o manejo adequado”, destaca Celso Alves da Silva, técnico responsável pela certificação orgânica do arroz Terra Livre.

A preparação da lavoura começa logo após a colheita, com o manejo adequado da resteva. Uma das técnicas utilizadas é o uso da Marreca de Pequim, que come as pragas que restaram na lavoura.

O alagamento das áreas de plantio é feito de forma antecipada, 40 dias antes do plantio, para que não ocorra perda de biomassa. A semeadura deve ser feita, antes de mais nada, com sementes saudáveis produzidas nos 21 campos de semente dos próprios assentados. O plantio é feito na água, com a drenagem sendo feita posteriormente. Todo este processo, que leva meses, garante uma produção saudável, sem agrotóxicos, e com um custo bem abaixo do arroz convencional.

Todas etapas e o período de realização de cada uma delas são projetadas pelo Grupo Gestor, estabelecendo assim um padrão adequado entre a produção de todas as famílias. A certificação orgânica da produção é feita pelos próprios assentados, por meio da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), credenciada desde 2010 como certificadora participativa.





**Da Majestade
para o povo**

O Assentamento Itamarati, que um dia já pertenceu ao “Rei da Soja”, garante atualmente a prosperidade de 17 mil pessoas no Mato Grosso do Sul

Por José Coutinho Júnior | Texto e fotos

Se as estradas do Mato Grosso do Sul têm algo para ensinar ao viajante é o quão presente o latifúndio se faz no estado. No trecho de 120 quilômetros entre os municípios de Dourados e Ponta Porã, o que mais se vê são as plantações de cana, eucalipto, soja e usinas de grandes empresas, como a Bunge, uma corporação dos Estados Unidos. São enormes extensões de terras onde não se avista ninguém: é como se aquelas plantações tivessem surgido ali naturalmente, sem precisar do cuidado de seres humanos.

Não é para menos. Mato Grosso do Sul ocupa o primeiro lugar em concentração de terras no Brasil, com os estabelecimentos acima de mil hectares nas mãos de 10,18% de latifundiários, propriedades essas que totalizam 77% do território total, segundo dados do último Censo Agropecuário, de 2006.

Em meio a essa alta concentração de terras, surge em 2002 o assentamento Itamarati, fruto de duas ocupações de terras (uma em 2002 e outra em 2005). A área de 54 mil hectares que pertencia ao proprietário Olacyr de Moraes, conhecido como “Rei da Soja” assentou 17 mil pessoas de diversos movimentos sociais, como MST, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e os ex-funcionários da fazenda, organizados na Federação dos Agricultores Familiares do Itamarati.

Com tamanho contingente de pessoas, o Itamarati não apenas conta com os lotes rurais dos

assentados, mas também é constituído por áreas de agroindústrias, de responsabilidade das cooperativas, e por um pequeno centro comercial, no qual existem restaurantes, brechós, bares e mercados. Além disso, o assentamento tem quatro escolas e um posto de saúde, que em breve deve se tornar um hospital. Por conta do tamanho e da quantidade de demandas no assentamento, será instaurada uma subprefeitura, para levar as demandas do assentamento a Ponta Porã.

Duas formas de trabalhar a produção agrícola caracterizam os cultivos das famílias: individual e coletiva. Nos lotes individuais de até 10 hectares, vivem as famílias, que produzem uma grande diversidade de produção de frutas e vegetais, como acerola, laranja, mandioca e criação de animais, voltadas ao consumo e para vender.

Já as 66 áreas coletivas têm por volta de 120 hectares e um pivô de irrigação compartilhado, capaz de concentrar a produção em larga escala, de onde se extraem os alimentos para a comercialização. Há plantação de milho, soja, amendoim, feijão e pastagem para o gado.

Cooperativas em desenvolvimento

O Itamarati conta com duas cooperativas, responsáveis em grande parte pelo crescimento econômico e desenvolvimento do assentamento. A Cooperativa dos Agricultores Familiares do Itamarati

(Cooperafi) é responsável pela venda da produção de leite, a mais expressiva do assentamento, e pelo tratamento dos grãos produzidos. Dados da Cooperafi apontam que a produção de leite chega a 500 mil litros por mês, ao passo que soja, milho e feijão (produção mais recente), atingem um milhão, 800 mil e 200 mil sacas por safra, respectivamente.

Para realizar o tratamento dos grãos, a cooperativa conta com o maquinário que já pertencia à fazenda: galpões que fazem a secagem e limpeza, além de 10 silos de armazenagem, que comportam 70 mil sacas cada, e um silo maior, atualmente desativado, capaz de comportar 1,5 milhão de sacas. A prestação de serviços, que é o tratamento e armazenamento dos grãos de outros produtores e empresas, é uma das principais fontes de renda da cooperativa, além de uma pequena porcentagem nos lucros da venda do leite.

“Temos planos de reformar pelo menos 25% do silo maior até fevereiro do ano que vem, assim vamos ter uma capacidade boa de armazenamento, e poderemos fechar uma parceria com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para prestar serviços”, afirma Jacob Alberto Bamberg, presidente da Cooperafi.

A Cooperafi tornou a produção de leite do Itamarati economicamente viável. Apesar da grande quantidade produzida pelos assentados, não era possível competir com outras empresas da região, pois havia um cartel para baixar o valor pago aos produtores, estabelecendo um preço de R\$0,30 centavos por litro de leite. Depois do surgimento da cooperativa, em 2010, a situação dos produtores mudou. A Cooperafi paga R\$0,78 por litro de leite, um dos melhores preços do estado, e consegue estabelecer a competição devido à grande quantidade comercializada.

“O objetivo da cooperativa não é obter lucro, e sim desenvolver o assentamento. O dinheiro que ganhamos é investido no Itamarati, e muitas vezes temos prejuízo. O pagamento do leite é algo que nos dá prejuízo, mas fazemos porque sabemos da importância para o assentamento e os produtores. Se o assentamento vai mal, a cooperativa vai mal”, afirma Valdecir Kreuzsch, funcionário da Cooperafi.

Vendo a precariedade da assistência técnica oferecida pelo poder público, a cooperativa também contratou técnicos que vivem no assentamento, especializados na recuperação do solo e uma veterinária. Além disso, há planos de construção de um

“O objetivo da cooperativa não é obter lucro, e sim desenvolver o assentamento. O dinheiro que ganhamos é investido no Itamarati”

laticínio (para agregar mais valor ao leite), de frigoríficos, de cisternas para o período das secas e a correção do solo.

Sementes crioulas

Da necessidade dos assentados de suprir a demanda por sementes de melhor qualidade, surge no ano de 2006 a Cooperativa Agroindustrial Ceres (Coopaceres). Seu principal objetivo é produzir sementes para fora do assentamento, o que não significa que os assentados não sejam beneficiados pela cooperativa. Ao contrário, além de receberem as sementes, os produtores do Itamarati iniciaram a produção de 500 toneladas de feijão, plantadas por 180 assentados. Parte foi exportada para a Venezuela, que comprará mais mil toneladas na próxima safra.

Além desse feito, a cooperativa, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), já produziu sementes de girassol, que foram vendidas à região nordeste do país. Outro êxito foram as produções de sementes de feijão e milho, iniciadas em 2011 e que foram compradas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A gestão de ambas as cooperativas funciona por meio de assembleias com os sócios (que são os produtores filiados às cooperativas) onde é avaliado o que fazer com os recursos obtidos.

Desafio da produção 100% agroecológica

Ao andar pelo assentamento e observar a qualidade de vida das milhares de famílias que ali vivem, com suas casas muito bem estruturadas, os mais variados cultivos e formas organizativas e coletivas de produção, não resta dúvida de que a Reforma Agrária no Itamarati foi muito bem sucedida,

principalmente por ter sido capaz de assentar uma grande quantidade de pessoas e dar a elas condições de produzir.

No entanto, desafios a serem superados também fazem parte do dia a dia do assentamento. O principal deles, talvez, seja revolucionar o modelo agrícola, eliminando a produção de soja e milho transgênicos e o uso de agrotóxicos.

Para Olívia de Moraes, diretora do colégio Carlos Pereira, isso ainda ocorre porque “nos dois primeiros anos de assentamento as pessoas foram convencidas por agrônomos da região de que estas terras eram uma mina de ouro, e que todos ficariam ricos rápido. A maioria dos produtores investiu nas lavouras, mas como tivemos um período de seca, eles perderam tudo. Muitos inclusive deixaram o assentamento por conta desses primeiros anos”.

Some-se a isso os cartéis aplicados pelas empresas, principalmente para diminuir o valor do preço do leite e do feijão, e muitos produtores que criavam gado venderam seus animais e se voltaram para a soja transgênica para garantir renda. Com o surgimento da Coopaceres em 2006, e da Cooperafi em 2010, há possibilidades reais de alterar a produção. “Muitas pessoas que plantavam soja já começam a voltar a criar gado, pois a Cooperafi torna a produção do leite cada vez mais viável. E a renda do leite é regular, dife-

Itamarati conta com a maior escola em área de assentamento. São 4 mil jovens do ensino fundamental e médio

rente da soja, que só vem no fim da safra”, acrescenta o assentado André Aparecido Bispo.

Da mesma forma, com as sementes de feijão produzidas pela Coopaceres, a produção desse grão começa a crescer no assentamento, oferecendo mais uma alternativa economicamente viável à soja.

O uso de agrotóxicos também preocupa os assentados. Para Ana Carla Ferrari, moradora do Grupo Coletivo Eldorado dos Carajás, a bandeira da produção orgânica é a mais importante nos próximos anos. “Sabemos da importância da produção orgânica, tanto para a nossa saúde quanto para o meio ambiente, mas não é algo que podemos fazer sozinhos. A área em que plantamos é coletiva, então não adianta nós plantarmos o orgânico e todo o resto continuar plantando transgênico, pois o orgânico seria contamina-



Sacos de sementes prontos para serem comercializados

do. Para dar certo, vamos precisar conscientizar todos que produzem dos benefícios do orgânico. É um desafio grande que temos para os próximos anos”.

Sebastião Simão, também membro do Grupo Coletivo, convive com a aplicação de agrotóxicos diariamente, sem o uso de equipamentos. “Muitas vezes tenho náuseas só de sentir o cheiro do veneno. Se um dia começarmos a planar orgânico, tenho certeza de que vou viver alguns anos a mais”.

A Coopaceres também exerce um trabalho de conscientização dentro do assentamento para que produtores parem de usar sementes transgênicas de soja e milho. “Já fomos convidados pelas empresas para produzir sementes transgênicas, mas recusamos pois sabemos dos seus impactos. As transnacionais não se preocupam com o pequeno produtor ou o meio ambiente. Nosso primeiro passo é convencer os produtores a produzir o não transgênico, alertando para os danos à saúde causados pela cultura e mostrando que a rentabilidade da variedade convencional é pelo menos de dois a cinco reais maior por saca”, afirma Ronaldo José Pucci, militante do MST e presidente da cooperativa.

Os avanços pelos quais o Itamarati passa são grandes. As cooperativas realizam ações concretas há apenas dois anos, e os resultados já alteram a dinâmica de produção do assentamento. Se esse ritmo continuar, em alguns anos o Itamarati pode, além de produzir em alta quantidade, quebrar com a lógica agrícola estabelecida pelas grandes empresas. “É possível realizarmos esse rompimento aqui, só precisamos de mais tempo e recursos”, finaliza André.

Os frutos da prioridade à educação

Os 4 mil alunos dos ensinos fundamental e médio do Itamarati são contemplados com as quatro escolas públicas existentes dentro do assentamento. A enorme quantidade de crianças e jovens faz existir no Itamarati a maior escola em área de assentamento do país, chamada Nova Itamarati, com 1600 educandos.

Criadas em 2002, as escolas surgiram logo após a consolidação do assentamento. Com uma educação precária, de início a escola Itamarati ainda pertencia ao dono da fazenda, que não permitia a



Obras de construção de mais uma escola no assentamento

entrada dos alunos assentados e não existiam outras escolas por perto. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) então negociou com o governo, e a escola José Edson foi a primeira a ser criada. Logo depois se construiu a Nova Conquista, Carlos Pereira e a Itamarati, que foi apropriada pelos assentados, tornando-se a Nova Itamarati.

De acordo com André Luiz da Silva, coordenador pedagógico e professor da escola José Edson, a estrutura da escola é suficiente para garantir a qualidade do ensino. “Temos professores formados, bons materiais pedagógicos, sala de tecnologia com 25 computadores. No ranking municipal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ficamos em quarto lugar do primeiro ao quinto ano, enquanto que nosso nono ano ficou em primeiro lugar. Temos também um projeto de horta coletiva, no qual todos os alunos se envolvem para cuidar e plantar”, comemora o educador.

Uma frota de ônibus escolares que circula por todo o assentamento é responsável por trazer e levar os alunos. Mas o principal aspecto do ensino no assentamento é o processo de aprendizado crítico dos estudantes.

Segundo Olívia de Moraes, diretora do colégio Carlos Pereira, a educação no campo precisa se adaptar à realidade vivida pelas crianças. “Estamos trabalhando com as nossas crianças no sentido de criar um senso crítico. Mostramos os dois lados da moeda de temas como o agronegócio, mas a opção

Há tanto a produção individual, de sustento às famílias, quanto as coletivas, mais voltada para a comercialização.

é ele quem vai fazer. Nossos estudantes apresentam seminários bem polêmicos e criam um clima de debate entre eles, algo que não vemos em outras escolas, onde os estudantes saem de forma passiva. Aqui eles se preparam para sair melhor nos debates em sala de aula”, comenta.

A demanda por educação no Itamarati não se supre apenas nestas escolas. Há um projeto de se criar uma creche para as crianças menores, além de outra escola que está sendo construída para comportar novos alunos. Os assentados também estão em contato com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) para tentar abrir cursos de nível superior dentro do assentamento. Segundo o militante do MST, André Aparecido Bispo, “há uma demanda grande no Itamarati por cursos de graduação. Se conseguirmos abrir cursos de zootecnia e veterinária, por exemplo, a procura seria alta, além de ser uma forma de manter a juventude no assentamento”, acredita.

Lições da floresta para
o cultivo na **Amazônia**



O lote do assentado Ferreira é um exemplo de como é possível organizar uma experiência de produção sustentável, consorciando agrofloresta com a produção de frutas, madeiras e piscicultura

Por Solange Engelmann | Texto e fotos

Após migrar do Ceará para o Pará e perambular por algumas cidades do estado trabalhando como arrendatário, José Ferreira Pinheiro, 62 anos, e Maria de Nazaré, 55, resolveram se aliar aos Sem Terra. Da luta, conquistaram um lote, a possibilidade de criar os filhos em melhores condições e a dignidade de viver.

Os três anos de acampamento, vivendo em condições precárias e à mercê da violência dos latifúndios da região, marcaram o intenso processo de luta do casal. Entretanto, a recompensa veio com a conquista do pedaço de terra no Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, região sudeste do Pará.

E é nos cinco alqueires de terra conquistados há 14 anos que seu Ferreira organizou uma experiência de produção camponesa sustentável. Ele demonstrou como é possível aliar a produção de alimentos saudáveis com a preservação da natureza, dentro de um modelo de produção agroecológico, em que o agricultor produz alimentos com práticas de manejo alternativas do solo, sem utilizar agrotóxicos.

“Aqui nós produzimos batata, feijão, milho, peixe, galinha, pato, peru. Sabemos o que estamos comendo. Pode pegar qualquer coisa que produz aqui e mandar fazer análise que não vai encontrar uma gota de veneno. Isso é uma vantagem porque hoje o veneno é demais. E do veneno só vem doença e morte”, constata Ferreira.

A principal linha de produção da família é a piscicultura e agrofloresta, e em menor escala horta-

liças e criação de aves, vendidas na Feira do Produtor do município, além de outros alimentos para a subsistência. A produção de frutas como cupuaçu, manga, açaí, coco, castanha, dentre outras, compõem os dois alqueires de sua agrofloresta, consorciadas com várias espécies de madeiras. A comercialização de alevinos dos quatro tanques de peixes terá início no próximo mês. Nos últimos dois anos, a produção de peixe do agricultor foi de cinco toneladas.

Nascido e criado no campo, tendo ficado anos afastado dessa realidade, seu Ferreira sempre teve o sonho de voltar a trabalhar na agricultura. “Ninguém dá de comer a uma família com um salário mínimo. Na terra a gente tem uma vida segura. Minha profissão é a agricultura. Daqui eu tiro pra comer, sobra um pouquinho e compro outras coisas pra completar o rancho. Quando o dinheiro tá curto vou no açude e pesco um peixe, também tem a galinha, o ovo”, relata.

Do garimpo à agroecologia

“A vida melhorou, hoje estou na terra, temos fatura, gado pra vender, arroz, milho. Na Serra Pelada não tinha nada – tudo que fazia era pra comer no dia, o amanhã não se sabia”, conta o assentado Antonio Barbosa dos Santos, 65 anos, que antes de ir para a luta dos Sem Terra e se tornar assentado, trabalhou durante 12 anos como garimpeiro na Serra Pelada.

No seu Sistema Agroflorestal, a produção de cupuaçu, jaca, manga, acerola, murici, goiaba e limão

corre solta entre tantas outras árvores nativas. Em média, são produzidas duas toneladas de cupuaçu por ano, o carro-chefe de Santos. A produção de feijão, milho, arroz e mandioca é mais do que suficiente para sua subsistência.

Criado em 1995, as famílias do Palmares II passaram por um ano de acampamento e resistência e um histórico de oito ocupações, entre despejos e reocupações. Atualmente, as mais de 500 famílias assentadas estão organizadas em forma de agrovila.

A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Crescendo na Prática”, com cerca de 1.200 alunos, é mais um resultado da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento, que contam ainda com um Posto de Saúde da Família e uma cooperativa de transporte.

Escola garante a permanência das famílias no campo

Uma das grandes conquistas do MST no Assentamento Palmares II foi a construção da Escola de Ensino Fundamental “Crescendo na Prática”, onde estudam mais de mil crianças.

A escola se tornou uma referência para a comunidade, ao garantir desde a época do acampamento os processos de formação e o acesso e direito à educação, reduzindo o analfabetismo e incentivando a permanência das famílias na terra.

O fortalecimento da identidade e cultura camponesa também foi um dos marcos desse processo, por meio da organização de atividades culturais e festas do assentamento, trabalhadas em sala de aula. “O aniversário do assentamento, por exemplo, é muito forte.

A escola se tornou uma referência, ao garantir desde a época do acampamento o processo de formação e o direito à educação, reduzindo o analfabetismo e incentivando a permanência das famílias na terra

É um momento que todo mundo fica envolvido na festa. Ou seja, a festa é um pretexto para você trazer toda a história do assentamento, como surgiu, quais as lutas do MST na região”, explica Clívia Regina Uhe, integrante da equipe pedagógica da escola.

Criada ainda na época em que as famílias estavam acampadas, em 1994, sua construção e reconhecimento se deu apenas após anos de lutas e reivindicações. Com isso, a própria comunidade foi debatendo e organizando sua participação, de modo que seu envolvimento se dá desde o processo de escolha da direção da escola, pela organização de atividades realizadas em sala de aula, garantindo a democracia e autonomia. Esse processo torna a uni-



ca escola do município com eleição direta para direção, com participação da comunidade. Normalmente, esse é um papel destinado somente à Secretaria Municipal de Educação.

Um dos grandes desafios é justamente manter essa autonomia e garantir os princípios do projeto político pedagógico, como a formação continuada de professores, para que conheçam mais a realidade do campo. “Há mais de quatro anos que viemos construindo um coletivo mais efetivo. Temos 42 educadores e só 50% deles moram no assentamento. É um processo contínuo e de longo prazo”, explica Clívia.

A escola “Crescendo na Prática” é um território de fortalecimento da educação do campo, em que o projeto político pedagógico e sua implementação refletem a necessidade da construção permanente da Reforma Agrária Popular no país.

Desenvolvimento

A região sul e sudeste do Pará possui em média 2 mil famílias assentadas do MST que vivem nos Assentamentos Palmares II, Onalício Barros, 17 de Abril, Cabanos, Canudos, 26 de Março, 1º de Março, Nega Madalena, Chico Mendes I e II e Salvador Allende.

Os diversos alimentos produzidos pelos assentados contribuem no abastecimento dos municípios da região. Os produtos comercializados em maior escala no mercado regional são milho, mandioca, hortaliças, frutas e leite. Também são produzidos outros alimentos para a subsistência das famílias e venda em menor escala, como avicultura e caprinocultura.

Segundo o técnico em agropecuária e integrante da equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA), Cleiton Conceição Almeida, os assentamentos abastecem as feiras de produtores da região, as cooperativas e os supermercados. No município de Parauapebas há 400 famílias assentadas e acampadas, que comercializam os produtos na Feira do Produtor municipal, que funciona quatro vezes por semana. Ao todo são vendidas cerca de 130 variedades de produtos.

“Depois que chegamos aqui a fartura em Parauapebas aumentou muito. Nas feiras se enxerga a grande fartura dos assentamentos, que produzem todo tipo de alimentos. A gente trabalhou e trabalhou muito”, relata Santos.

A criação dos assentamentos trouxe desen-

volvimento e vários empregos diretos e indiretos para a região, principalmente no comércio. Além de melhorias nas condições de vida dos assentados. Segundo Ferreira, os assentamentos também têm um papel fundamental na diminuição do inchaço das cidades, já que absorvem uma grande parte de trabalhadores das áreas pobres, que foram para os assentamentos.

Além de gerar desenvolvimento econômico, os assentamentos também provocam impactos culturais, melhorando a convivência entre as famílias, agora assentadas, com a população urbana. O assentado Santos relata que na época em que as famílias estavam acampadas eram tratadas como marginal, mas hoje, após os assentados iniciarem o cultivo da terra e vender a produção na região, são tratados como um cidadão.

No entanto, a produção de alimentos é um desafio para os assentados da região, pois a maioria das fazendas ocupadas são terras que possuem crimes ambientais, sendo desmatadas e usadas para a exploração da pecuária extensiva, destruindo o bioma original. Sobra para os camponeses o passivo ambiental. Além de produzir a substância da família, precisam recuperar parte do bioma destruído. Fator que se torna difícil sem a criação de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa.

Também há na região aproximadamente 1200 famílias que permanecem acampadas, devido ao abandono da Reforma Agrária no Pará. Há famílias que estão há mais de dez anos nessa situação.

“Aqui nós produzimos batata, feijão, milho, peixe, galinha, pato, peru. Sabemos o que estamos comendo. Isso é uma vantagem porque hoje o veneno é demais. E do veneno só vem doença e morte.”

» Construção da **Agroecologia** depende de um processo de formação contínuo

Vinculado à necessidade de construção de um projeto estratégico no âmbito da agroecologia dentro do bioma amazônico, os movimentos sociais da Via Campesina iniciaram em 2008 a discussão para a implantação do Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA) no Pará.

O Instituto surge na perspectiva de englobar outros estados que compõem o bioma amazônico, ao discutir a problemática do território na sua totalidade, trabalhando tanto a questão da produção quanto os aspectos sociais, organizativos e políticos, fortalecendo a resistência ante uma agricultura predatória.

“O IALA é mais um instrumento que se propõe formar, organizar e problematizar a questão da agroecologia e da organização dos trabalhadores, vinculados à cooperação. Procura estimular o estabelecimento de uma unidade na reflexão sobre os projetos hegemônicos na Amazônia, para o avanço das experiências de resistência, mas, principalmente, de construção de processos emancipatórios”, ressalta a integrante da equipe pedagógica do IALA, Ayala Ferreira.

Nos anos seguintes a 2008, a Via Campesina iniciou um processo de busca de parcerias com algumas universidades, dentre elas a Universidade Federal do Pará (UFPA), que já contava com uma trajetória de construção da educação do campo e outros processos de formação com os movimentos sociais da região.

A partir da parceria entre a Via Campesina e a UFPA, em 2010, o IALA inicia o primeiro curso com uma turma de “especialização em educação do campo, Agroecologia e questão agrária na Amazônia”, com educandos do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Equador e Colômbia. A de-

fesa dos trabalhos finais e formatura desta turma aconteceu juntamente com o Seminário “Relação Universidade e Movimentos Sociais na construção do pensamento crítico a partir da Pan-Amazônia”, que ocorreu de 28/11 a 01/12, no IALA.

Segundo Ayala, a especialização possibilitou maior liberdade para debater a proposta política pedagógica da escola e incluir no curso temáticas que contribuirão no desafio de construção do IALA.

A perspectiva é trabalhar com a formação em diferentes níveis, da educação básica à pós-graduação, que também depende da construção de parcerias com as universidades no estado.

“Os outros esforços que queremos desenvolver é de como avançamos na educação como um todo, estabelecendo relação com as escolas do campo, com a educação básica e a educação superior”, afirma Ayala.

Cursos de capacitação em práticas agroecológicas, voltado aos camponeses, indígenas e comunidades tradicionais, também serão realizados no Instituto, procurando desenvolver uma agricultura sem o uso intensivo do pacote tecnológico do capital e estímulo à cooperação e diversificação das culturas produtivas.

Trabalhadores conquistam primeiro campus rural

A partir da luta dos movimentos sociais na região sul e sudeste do Pará, os camponeses conquistaram o primeiro campus rural do Instituto Federal do Pará (IFPA), construído numa área de 354 hectares no Assentamento 26 de Março, em Marabá.

O campus rural da IFPA foi criado em 2008 dentro de um projeto de desenvolvimento do meio

rural, fundamentado na educação do campo e implantação de um modelo de produção sustentável por meio da agroecologia. A proposta pedagógica se dá em torno da alternância e da realidade do campo, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

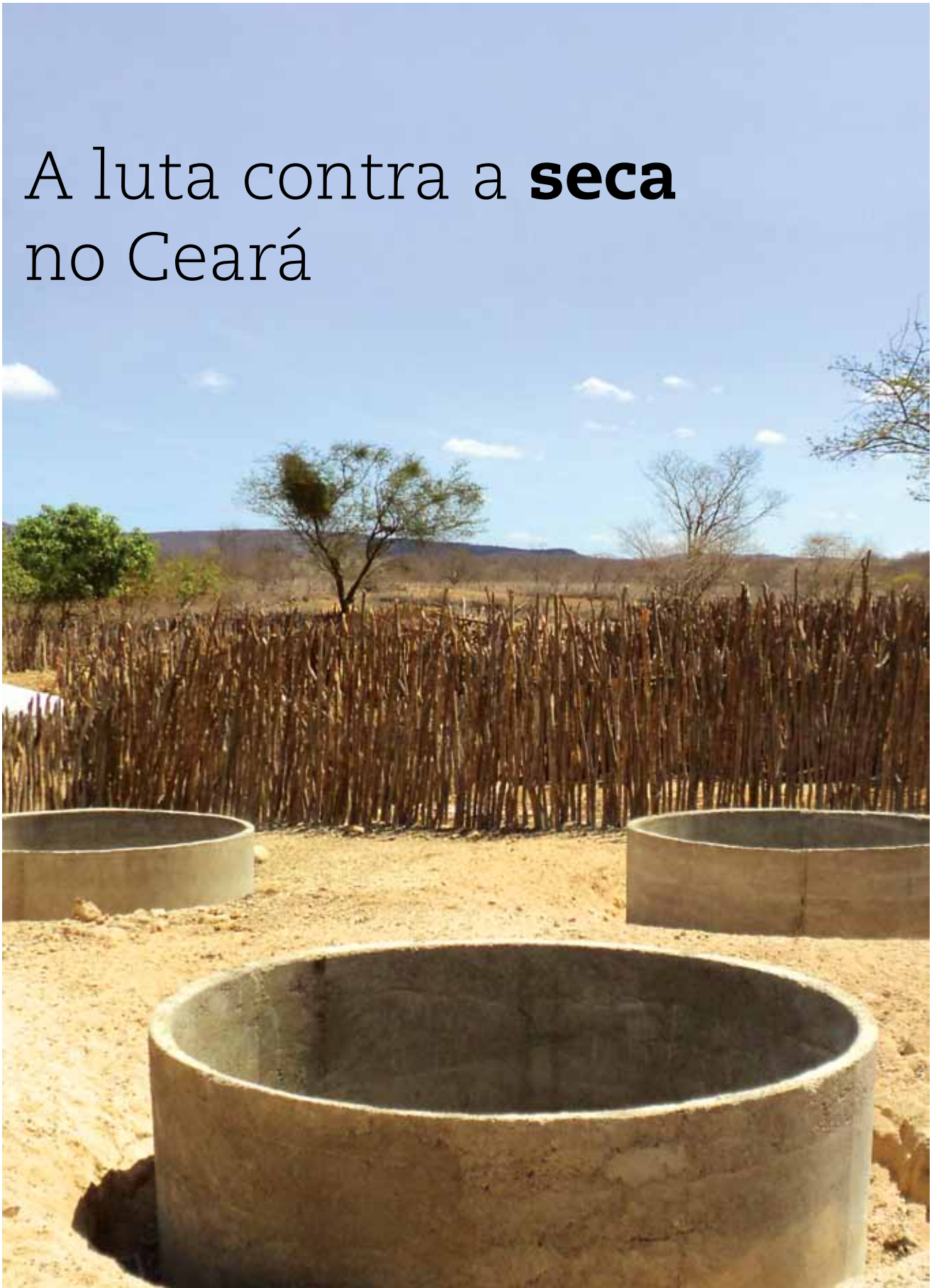
“O objetivo é formar os jovens e adultos que sejam oriundos do campo. Essa é uma especificidade presente nos institutos federais, de implantar alguns campus específicos para atender o campo”, explica Sueli Gomes, professora do IFPA do campus rural de Marabá.

A consolidação de um modelo sustentável no campo se insere na disputa constante com o agronegócio e também com os projetos de mineração, hidrelétricas, e outros que não atendem a população da região. Segundo Sueli, o desafio do campus é garantir, política e pedagogicamente, que a proposta da produção agroecológica seja implementada, tendo como princípio a sustentabilidade das famílias camponesas.

Contribuição: Mercedes Zuliani, Eldenilson Monteiro e Giselda Coelho.



A luta contra a **seca** no Ceará



Famílias que convivem com o semiárido nordestino no interior do Ceará conduzem experiências de sucesso no campo da produção mesmo em tempos de severa estiagem

Por Rafael Soriano | Texto e fotos

O cenário é o interior do estado do Ceará, na região conhecida como Sertão dos Inhamuns, a aproximadamente 290 km de distância da capital, Fortaleza. Ali, nos municípios de Tamboril e Monsenhor Tabosa, a história de flagelo e dependência, deu lugar a uma narrativa de lutas e de conquistas coletivas.

Os Assentamentos Bargado, Monte Alegre e Santana são exemplos na região, pois abrigam experiências e projetos de sucesso que têm na produtividade a base para a colheita de outros direitos, como educação, saúde, perspectiva de vida para a juventude.

Cento e cinquenta famílias são beneficiadas diretamente com o desenvolvimento das terras de Reforma Agrária, a organização das famílias, a inclusão em programas públicos e a destinação de alimento saudável à mesa da população.

Uma série de experiências - como quintais produtivos, mandalas e cisternas de enxurrada - têm alterado a face da região e dado vazão aos anos de luta das famílias, que agora podem usufruir e contribuir socialmente com as comunidades em volta.

Essas experiências se inserem no contexto de uma das maiores estiagens dos últimos 30 anos, que causa uma seca cruel e devastadora. Ao se locomover pelas estradas e vias vicinais, o olhar se depara com chão seco, carcaças de animais mortos e vegetação atrofiada. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que, da chegada dos portugueses até os dias de hoje, já se somam 72 grandes secas com caracterís-

ticas similares à atual. É um índice da previsibilidade do fenômeno, ignorada pelo poder público.

O flagelo da seca é causado não apenas pela falta de água, mas pela ausência de políticas capazes de prevenir e preparar a população para os momentos de estiagem, apontam os assentados. Para entender o sucesso das experiências de convívio com o semiárido protagonizadas pelas famílias dos assentamentos, é necessário compreender a noção de usufruto das terras, defendida pelo MST no Ceará. Já nos tempos de criação dos primeiros assentamentos pelo governo estadual a partir da luta dos Sem Terra, a opção foi pela propriedade coletiva do meio de produção, a terra.

A organização das famílias assentadas, a partir da coletividade em primeira instância, é fundamental para a manutenção da produção em terras coletivas. Por isso, tudo é decidido coletivamente e a produção é organizada a partir do trabalho e gestão coletivos. Assim, são debatidos na comunidade, por exemplo, a destinação das áreas para cada cultura agrícola, onde ficarão as áreas de criação e plantio e quais caminhos serão tomados a partir das colheitas.

O acesso aos projetos de desenvolvimento está ligado ao elemento da formação, seja na questão da escolarização ou da formação técnica. Os agricultores participam de trocas de saberes, intercâmbios de conhecimento com equipes técnicas e outros agricultores, sempre com muita participação.

Foram também envolvidos outros atores da sociedade, como a Escola Familiar Agrícola (EFA) e a

Cisternas captam água da chuva e de minações, do chão e rochas, para armazenamento nos meses chuvosos e uso exclusivo na produção agrícola durante os meses de estiagem

Cáritas brasileira, entidade responsável pela execução do projeto de construção de Quintais Produtivos, mantidos com cisternas de enxurrada como forma de Convivência Sustentável com o Semiárido no território.

Esse projeto aproximou as famílias da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), estimulando a participação dos assentados, que garantiram que as mudanças técnicas fossem feitas de forma a respeitar o saber local. Foram realizadas capacitações em construção rural, em gestão de água para produção de alimentos, em manejo de sistema simplificado de água para produção e outras temáticas transversais.

Família, sonhos e conquistas

O casal Elisiário Ferreira de Souza e Izabel Santos de Souza, 35 anos de casados, ambos com 54 anos de idade, contam, com muito gosto, como o cenário desértico do semiárido se reconfigurou em um verdadeiro oásis, de onde vem o alimento e as riquezas da comunidade.

A família de Elisiário é natural da região de Independência e, com muito esforço, seu pai criou os nove filhos na década de 1960. Ele e Izabel se conheceram e criaram não somente uma família com 11 filhos e 16 netos – fora o bisneto que está a caminho – mas construíram uma trajetória de lutas que se coincide com a história familiar.

“Dos 35 anos de casados, 34 deles foram passados na luta social. Tivemos essa postura de não se curvar para exploração”, explica. Ao longo da vida, o casal participou ativamente de grupos ligados à Igreja, como a CPT, do sindicato rural e, atualmente, do MST.

Segundo Izabel, o quintal produtivo é uma experiência inaugurada na região por sua família, que construiu a primeira mandala e a primeira cisterna, há cinco anos. Essas obras despertaram a curiosidade e interesse dos vizinhos, pois a renda começou a aumentar com a destinação da produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Daí veio a iniciativa do quintal, que tem meio hectare e, mesmo na dificuldade, a água não acaba.

É um terreno onde se produz alimento em geral, como hortifrutigranjeiros, grãos, criações de mais de 300 galinhas, porco, pato, forragem (a exemplo da leocema), além do plantio de ervas medicinais como cidreira, mastruz, babosa, capim santo e outras.

A agricultora lembra que sempre teve hortas na sua casa, como tradição de sua família que tinha sempre “uns canteirozinhos e atrepados” com alho, cebola, tomate e pimenta. Mas com as discussões em torno do convívio com o semiárido, sentiram a necessidade de aperfeiçoar essas tradições. “Era muito difícil, porque todo



mundo tinha que comprar, mas agora melhorou muito a alimentação”, lembra, ressaltando a convicção pela produção de base orgânica, em que se maneja o adubo oriundo dos animais e utiliza biofertilizantes, além do consórcio de culturas.

A assentada defende que esse jeito de produzir se assemelha muito mais ao modo como seus pais e avós faziam, principalmente com relação à diversidade. Ela explica que naquela época se plantava consorciado. Depois, apareceram outras tecnologias impostas ao camponês (como a noção de monocultivo), que destruiu o solo. “Começamos a pensar num ‘novo jeito de produzir’, que, na realidade, era o resgate da nossa história no campo, mas já estávamos tão mal acostumados que foi difícil mudar”. Ela conta que não utilizam trator, apenas cultivador (de tração animal) e que na horta não se usa muito a enxada. “A enxada também endurece a terra”, afirma. Assim, retomaram o facão como instrumento de trato do solo, aliado à adubação verde e ao uso de certas plantas de controle de pragas, como cravo de defunto e pimenta.

“O importante é que o pessoal se adaptou e não larga mais”, avalia Izabel, em relação às técnicas de agroecologia já desenvolvidas. “Passou a seca, está todo mundo apto para cultivar de maneira saudável”, explica. O acesso à terra e a aptidão à produção saudável vai se aliando a novas conquistas para a família e a comunidade: a questão de gênero sempre foi trabalhada na casa de seu Elisário e dona Izabel.

“Desde os momentos das primeiras reuniões nos movimentos, os nossos filhos iam junto. Botava no carrinho de mão e ficavam em roda por perto, já ouvindo e logo cedo discutindo”, relembra a assentada. As tarefas eram divididas sem distinção de gênero desde a infância. “Não existe trabalho de homem e de mulher, nós todos temos que nos ajudar!”, conclui.

Para seu Elisário, a organização popular aparece como elemento de impulso às conquistas e, sem o MST, com sua forma de luta reconhecida nacional e mundialmente, não teria um filho formado. “É uma luta 100%, pela terra, pela Reforma Agrária e pela educação”, afirma o assentado, que se considera “entraçado” no Movimento.

Desenvolvimento e formação da consciência

Entre as estruturas de uso familiar previstas no projeto, com apoio dos governos federal e estadual, estão materiais necessários para o cultivo no

Experiências produtivas - como quintais produtivos, mandalas e cisternas de enxurrada - têm alterado a face da região

quintal produtivo e a construção de uma cisterna de enxurrada.

Essas cisternas captam água da chuva e de minações, do chão e rochas, para armazenamento nos meses chuvosos e uso exclusivo na produção agrícola durante os meses de estiagem. O método se baseia no escoamento da água por dois tanques de captação inicial, que despejam a água “em enxurrada” até o tanque principal da cisterna, que armazena a água mais limpa, que pode sustentar um quintal produtivo e manter vivas as plantas por cerca de oito meses, em casos extremos.

A cisterna de enxurrada é própria para a produção e pode abrigar 52 mil litros de água. Os assentados explicam que só podem ter acesso à cisterna após a garantia da “primeira água”, a própria para o consumo humano. Das 750 unidades envolvendo quintais produtivos e cisternas de enxurrada, já foram concluídas a instalação de 80%. No assentamento se produz milho, feijão, mamona, gergelim, algodão, palma forrageira, capim, jerimum, melancia, além das áreas destinadas coletivamente para criações de ovelhas, bodes e vacas. Toda essa fartura em excedente possibilitou o ingresso da comunidade em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aumentando a renda das famílias em média R\$ 800.

Dando vazão à produção, a comunidade abastece a cozinha comunitária de Tamboril, alcançando escolas e comunidades indígenas e quilombolas da região com alimento saudável. “Toda segunda-feira é dia de produção, confeccionamos os bolos, polpas e os doces de banana, mamão, jerimum e outros. Na terça-feira o carro vai levar até a cidade”, diz Izabel.

O processo produtivo sempre esteve acompanhado, segundo a educadora popular Rita Francisco, de uma reflexão em como desenvolver a consciência e buscar a melhor formação para o homem e a mulher

camponesa daquela região.

Os anos de luta resultaram na edificação da Escola do Campo Florestan Fernandes, que segue avançando na direção da escolarização da juventude dos assentamentos. “Atualmente nosso maior educador é o Movimento. Seguimos o princípio da Educação pelo Trabalho e para o Trabalho”, explica Rita.

A escola desenvolve há um ano uma proposta de “transversalização” da produção agroecológica nos estudos práticos e teóricos. Acompanhados por um educador agrônomo, os jovens trabalham em unidades experimentais construídas pela escola. Essa formação extrapola as salas de aula e chega às famílias da região. “Já observamos pais reproduzindo as práticas em seus

jardins e nos quintais. Embora tinha alguns muito brutos, que não acreditavam, por exemplo, poder produzir sem queimada. Os exemplos práticos fizeram as coisas mudarem”, comemora a educadora.

As conquistas das comunidades, a exemplo do alto grau de envolvimento da juventude com as tecnologias digitais de informação e comunicação, são a expressão, segundo nossos companheiros e companheiras de lá, das lutas políticas e pressões sobre o poder público. Cada vitória foi uma conquista dos que se organizam e constroem a história na palma da mão.



Dona Izabel mostra o resultado do trabalho

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS **SEM TERRA**



Junte-se a esta luta!
Faça sua assinatura.

assinaturas@mst.org.br

Um **enclave** de **café** e **pimenta** na área dos bois



Cultivo de café e pimenta-do-reino em pequenas propriedades, frutos da luta pela Reforma Agrária, garante riqueza e distribuição de renda a agricultores em São Mateus no Espírito Santo

Por Guilherme Zocchio | Texto e fotos

Em direção ao norte do Espírito Santo pela rodovia BR-101, de Vitória até São Mateus, as margens da estrada vão perdendo a vegetação natural e se tornando cada vez mais abertas. Bois surgem em meio a imensos terrenos descobertos, ou então pipocam grandes áreas ocupadas pela silvicultura, que intercalam espaço com a pecuária extensiva.

No caminho, passam caminhões cheios de toras de eucalipto, com destino a Aracruz (ES), pólo produtor de celulose no estado. Após um breve desvio para a rodovia estadual ES-381, que liga os municípios de São Mateus a Nova Venécia, mais ao interior, a paisagem, no entanto, vai ganhando outras feições, com propriedades menores e uma quantidade maior de casas e terras divididas.

O cenário segue em transformação até chegar ao km 41 da estrada, onde está um pequeno povoado que circunda uma região expressiva na produção de café e pimenta-do-reino no estado capixaba. Por lá, estão cinco assentamentos da Reforma Agrária, frutos da luta do MST. “Nessa região, conseguimos organizar nossa produção e viver muito bem. Eu sempre digo que a gente, primeiro, precisa mostrar pra gente mesmo que a Reforma Agrária dá certo”, aponta Juraci Portes de Oliveira, 46, do setor de produção do MST no estado. Ele se refere à situação dos assentamentos Georgina, Vale da Vitória, Pratinha e São Vicente, bem como do assentamento Zumbi dos Palmares, onde Juraci mora, um pouco mais afastado dos outros quatro.

Com a distribuição das terras agricultáveis,

a localidade se desenvolveu sem que houvesse um processo de concentração de riquezas. Quem passa vê casas muito parecidas em tamanho, muitas das pessoas convivendo em harmonia e toda uma vida que movimenta o comércio local, surgido em decorrência da produção dos assentados. São mais de 292 famílias morando nas propriedades distribuídas pela Reforma Agrária na região, que somam um total de 666 hectares de plantação de café, em maioria da espécie conilon, e pelo menos 136 hectares de cultivo de pimenta-do-reino, de acordo com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos e da Reforma Agrária do Espírito Santo (Cooptraes).

“Logo que eu cheguei nessa terra aqui, eu meti o pau. Fui fazendo e plantando minhas coisinhas”, lembra Sebastião Rosa da Silva, o Seu Tião, de 73 anos, que é um dos primeiros assentados da área de Georgina — o primeiro assentamento estabelecido em São Mateus. Desde 1985, quando o terreno foi desapropriado, ele viu toda a área se desenvolver, com o loteamento das propriedades e o começo das primeiras lavouras de café e pimenta-do-reino.

A escolha por essas duas culturas na época foi estratégica, segundo Adenício Moreira da Silva, o Taxinha, que tinha 18 anos de idade no período de ocupação das áreas pelo MST e hoje soma 45 primaveras. “Precisávamos plantar bens de raízes porque era o que dava a garantia de a gente permanecer com a terra. E o café e a pimenta-do-reino, desde esse período, já eram muito fortes aqui na região”, conta. “Historicamente, essas duas culturas são as

que dão sustentação aos pequenos produtores, pela estabilidade de preços. Pelo menos 90% das famílias possuem transporte próprio e têm também um padrão de vida muito bom”, contextualiza Juraci.

Essa situação, contudo, destoa em muito daquilo que ocorre na maioria do estado e no próprio município de São Mateus. Como o Brasil, o Espírito Santo apresenta considerável desigualdade e forte concentração fundiária, com menos da metade das terras capixabas disponíveis para pequenas propriedades agrícolas. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18% das terras agricultáveis espírito-santenses pertenciam a grandes latifúndios (de mil ou mais hectares), que correspondiam a cerca de 1% do total de propriedades rurais; enquanto 35% do terreno agrícola pertenciam a 5% de médias propriedades (de 100 até mil hectares), os outros 48% de terras ficavam disponíveis aos 94% restantes de pequenas propriedades rurais (com até 100 hectares).

São Mateus tem a quarta pior distribuição de renda per capita do estado, com índice Gini de 0,577 —indicador que mede a desigualdade social de uma localidade com um valor entre 0 e 1; quanto mais próximo de 1, mais concentração de riqueza, e quanto mais próximo de zero, mais distribuição. Já o Espírito Santo inteiro apresenta um coeficiente de 0,538, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), que o torna o 12º estado mais desigual em um total de 27 unidades federativas no país.

Além disso, um estudo de Adelson Rocha Lima, da coordenação estadual do MST, em parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), baseado em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

aponta que, em 2003, só na região norte capixaba, o Gini poderia corresponder a um valor médio de 0,75.

Por outro lado, as produções de café e pimenta-do-reino dos cinco assentamentos geram uma renda bruta anual em torno de R\$ 8,9 milhões, de acordo com a Cooptraes. Se dividida igualmente pelas 292 famílias, essa quantia resultaria em uma renda média anual bruta por família em torno de R\$ 30 mil. “A gente costuma dizer que a pimenta vale mais que o ouro hoje por aqui”, comenta Juraci, em referência à importância dessa cultura para as famílias da região. O Espírito Santo, afinal, é o segundo maior produtor brasileiro dos dois cultivos, com destaque especial para a pimenta em São Mateus, que corresponde a quase 70% de toda a lavoura da especiaria no estado.

Entre os cafezais: feijão, milho, seringueiras

Os assentados produzem, ainda, boa parte daquilo que consomem, já que as plantações de café e pimenta-do-reino convivem lado a lado com lavouras de feijão, aipim, milho, frutas e verduras. “É uma necessidade”, diz Juraci. “Uma defesa que a gente faz é que as pessoas precisam produzir para autoconsumo. A partir da ideia de soberania alimentar, tentar aproveitar o máximo por hectare”, completa.

No momento em que brotam as primeiras mudas, durante o período de formação dos cafezais, os agricultores usam a terra para plantar as culturas alimentícias de subsistência. Nos primeiros 70 dias de cultivo, começa a plantação de feijão entre fileiras de pequenos pés de café; ou então, crescem sabugos de milho, intercalados com a lavoura cafeeira, nos



“Pelo menos 90% das famílias possuem transporte próprio e têm também um padrão de vida muito bom”

100 dias iniciais. Em grande parte, os frutos da colheita desses alimentos, quando não são consumidos pelas próprias famílias assentadas, são vendidos ou seguem para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos do governo federal.

A plantação de café pelas famílias assentadas começou também, há algum tempo, a dividir espaço com o plantio de seringueiras. Essa ideia faz parte de um pensamento de longo prazo, bem como de uma tentativa de conciliar culturas diferentes que se auxiliem. Isso é, enquanto o café produz resultados mais imediatos, com colheitas a cada dois anos, as árvores produtoras de látex, em 7 ou 8 anos, conferem seus resultados e ajudam, com a sombra que fazem sobre os cafezais, a proteger a lavoura do grão. “Com uma área pequena você consegue consorciar para ir aproveitando. A seringa não é a fonte principal de renda, pelo menos não inicialmente, mas ajuda”, explica Erinaldo Verdeiro, produtor do assentamento Zumbi dos Palmares.

Praticamente todos os subprodutos do café são aproveitados. Depois que é colhida e ensacada, a produção segue para o beneficiamento, onde é torrada e fica pronta para ser vendida aos intermediários. Após esse processo, os grãos soltam uma espécie de casca, chamada de palha, que é recolhida e serve como importante adubo para as outras culturas. Esta palha, segundo explica Erinaldo, é um fertilizante com forte rendimento, que forma uma espécie de esponja sobre o solo e ajuda a protegê-lo da perda de umidade. Outro fator importante para as lavouras, além disso, é a irrigação.

Fontes de renda e água

“Tivemos muitas perdas na colheita até 1999 em áreas que não eram irrigadas. Colhíamos o café e quase não conseguíamos que fosse comercializado por conta da seca”, lembra Taxinha. Para ele, antes dos sistemas de irrigação serem implantados nas áreas assentadas, as famílias passaram por muitas dificuldades e mantinham inclusive um índice de produtividade muito baixo.

A exigência dos aparelhos para irrigar era até uma prerrogativa para que os agricultores conseguissem empréstimos bancários ou créditos para investir nas próprias lavouras.

Essa situação começou a mudar, de acordo com Taxinha, a partir do começo do governo Lula, em 2003, quando houve um maior apoio à agricultura familiar. “Nesse período, foi liberado o crédito em condições melhores. Então, fazíamos renovação na lavoura e a partir daí só veio melhorando”, destaca. Taxinha enfatiza, portanto, que não basta apenas a distribuição de terras para a Reforma Agrária, mas também são necessárias políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Um problema que as famílias assentadas na região estão enfrentando, no entanto, diz justamente respeito às fontes de água. O rio São Mateus, principal afluente que corta a área, está ficando com as margens assoreadas. Durante a visita da reportagem, encontrava-se muito abaixo do nível normal. “Se não houver uma recuperação das nascentes, vai haver um colapso”, adverte Juraci. Como alternativas, ele sugere que os assentados procurem aperfeiçoar os sistemas de irrigação e tentem construir represas ou poços artesianos para preservar o rio e aproveitar mais o lençol freático.

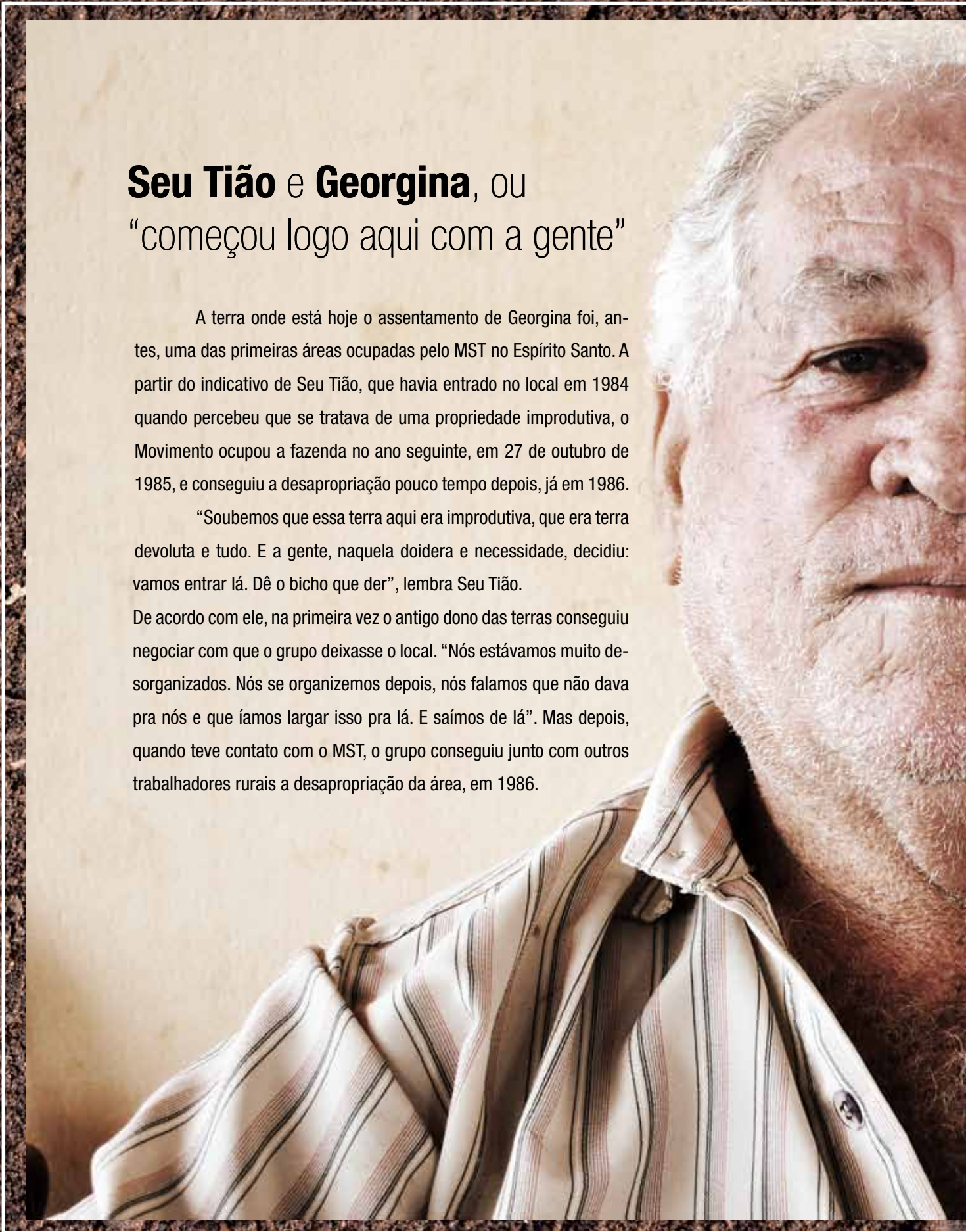
Juraci reconhece que, por outro lado, a criação extensiva de gado bovino que circunda a região dos assentamentos é a principal responsável por essa situação. “Historicamente, a pecuária extensiva e o latifúndio sempre foram os principais responsáveis por cercar as cabeceiras das nascentes e acabar com água. O gado força o desmatamento e vai destruindo a margem dos rios”, relata.

Seu Tião e Georgina, ou “começou logo aqui com a gente”

A terra onde está hoje o assentamento de Georgina foi, antes, uma das primeiras áreas ocupadas pelo MST no Espírito Santo. A partir do indicativo de Seu Tião, que havia entrado no local em 1984 quando percebeu que se tratava de uma propriedade improdutivo, o Movimento ocupou a fazenda no ano seguinte, em 27 de outubro de 1985, e conseguiu a desapropriação pouco tempo depois, já em 1986.

“Soubemos que essa terra aqui era improdutivo, que era terra devoluta e tudo. E a gente, naquela doidera e necessidade, decidi: vamos entrar lá. Dê o bicho que der”, lembra Seu Tião.

De acordo com ele, na primeira vez o antigo dono das terras conseguiu negociar com que o grupo deixasse o local. “Nós estávamos muito desorganizados. Nós se organizemos depois, nós falamos que não dava pra nós e que íamos largar isso pra lá. E saímos de lá”. Mas depois, quando teve contato com o MST, o grupo conseguiu junto com outros trabalhadores rurais a desapropriação da área, em 1986.





“Começou logo aqui com a gente. A maioria do povo que veio para aqui já era agricultor”, diz seu Tião. Essa ocupação marcou o início do MST no estado, segundo Taxinha. “A ocupação que foi realizada em 1985 foi resultado da articulação nacional do MST”, explica.

“Onde eu morava, já tinha um grupo que já vinha fazendo reuniões para ocupar. Aí eu entrei junto e nós fizemos as reuniões, articulou os lados com tudo. E articulou para fazer a ocupação lá. Essa foi a melhor preparação que aconteceu”, lembra Seu Tião, com orgulho, mais de 27 anos depois.

10 pré-requisitos para o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária

A distribuição da terra é o primeiro passo e condição básica para a Reforma Agrária. Depois, é necessário organizar a produção e a vida das famílias nesses territórios. O Estado precisa desenvolver políticas públicas que representem o apoio necessário para o desenvolvimento dos assentamentos.

- 1 **Produção de alimentos de qualidade e saudáveis para atender a demanda dos municípios próximos dos assentamentos e as compras governamentais, para escolas e hospitais.**
- 2 **Cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações e cooperativas, para aumentar a escala da produção.**
- 3 **Organizar agroindústrias na forma cooperativa, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores, para beneficiar os alimentos, agregar valor à produção e gerar renda.**
- 4 **Produção agrícola diversificada, rompendo com a monocultura para promover uma agricultura sustentável, em bases agroecológicas e sem agrotóxicos e transgênicos.**
- 5 **Acesso à educação escolar em todos os níveis e com qualidade, com a construção e manutenção de escolas públicas e gratuitas, para aumentar o nível educacional dos assentados.**
- 6 **Construção de moradias adequadas à cultura do meio rural, com energia elétrica, para melhorar a qualidade de vida.**
- 7 **Acesso perene ao abastecimento de água potável nas comunidades rurais garantido pelo poder público.**
- 8 **Desenvolvimento e difusão das práticas e técnicas de produção com base na agroecologia.**
- 9 **Desenvolvimento de programas de reflorestamento e recuperação das áreas degradadas e fontes de água, com a preservação da biodiversidade vegetal e animal nas áreas de assentamento.**
- 10 **Desenvolvimento de políticas públicas para garantir a compra da produção de alimentos, linhas de crédito, assistência técnica pública, programas de pesquisa agropecuária e desenvolvimento de mecanização agrícola para a agricultura camponesa.**





foto: João Zinclair

150 mil famílias vivem acampadas na luta.

4 milhões de famílias de trabalhadores rurais querem terra no Brasil.

Um novo modelo de produção agrícola, baseado na Reforma Agrária, é uma realidade.

Dividir a terra para produzir alimentos, prosperidade e desenvolvimento.

Reforma Agrária, justiça social e soberania alimentar.

Promoção:

Instituto
Cultivar

Apoio:

